UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DEDC – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GESTÃO
E TECNOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO –
GESTEC MESTRADO PROFISSIONAL

ALDO MELHOR BARBOSA

O APERFEIÇOAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE UMA FERRAMENTA TECNOLÓGICA PARA DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES ACADÊMICAS DESTINADAS AOS GESTORES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

SALVADOR
2018

ALDO MELHOR BARBOSA

O APERFEIÇOAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE UMA FERRAMENTA TECNOLÓGICA PARA DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES ACADÊMICAS DESTINADAS AOS GESTORES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Programa de Pós-Graduação Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação – GESTEC, Modalidade Profissional, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, como requisito para a obtenção do título de Mestre

Orientador: Prof. Dr. Ivan Luiz Novaes

SALVADOR
2018

FICHA CATALOGRÁFICA

Sistema de Bibliotecas da UNEB
Dados fornecidos pelo autor

B238o Barbosa, Aldo Melhor

O aperfeiçoamento e desenvolvimento de uma ferramenta tecnológica para disseminação de informações acadêmicas destinadas aos gestores dos cursos de graduação da Universidade do Estado da Bahia / Aldo Melhor Barbosa.-- Salvador, 2018.

85 fls.

Orientador(a): Ivan Luiz Novaes.

Inclui Referências

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação - GESTEC, Câmpus I. 2018.

1.Educação Superior. 2.Disseminação de Informação. 3.Avaliação do Ensino Superior. 4.Tomada de Decisão. 5.Sistema de Informação.

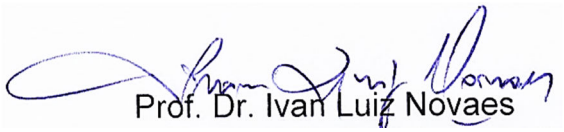
CDD: 378

FOLHA DE APROVAÇÃO

"O APERFEIÇOAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE UMA FERRAMENTA TECNOLÓGICA PARA DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES ACADÊMICAS DESTINADAS AOS GESTORES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA"

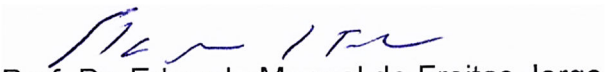
ALDO MELHOR BARBOSA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação *(Stricto Sensu)* Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, Área de Concentração I – Gestão da Educação e Redes Sociais, em 09 de agosto de 2018, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:

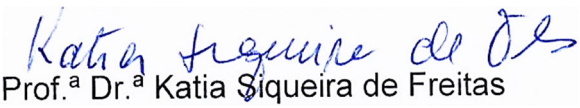


Prof. Dr. Ivan Luiz Novaes
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Doutorado em Educação
Université de Sherbrooke – USHERBROOKE

Prof.ª Dr.ª Lídia Boaventura Pimenta
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia (UFBA)



Prof. Dr. Eduardo Manuel de Freitas Jorge
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Doutorado em Difusão do Conhecimento
Universidade Federal da Bahia (UFBA)



Prof.ª Dr.ª Katia Siqueira de Freitas
Universidade Católica do Salvador (UCSAL)
Doutorado em Educação
Pennsylvania State University (PSU)

AGRADECIMENTOS

A minha esposa, Adriana Pêpe, presente desde o início desta jornada, pelo amor, apoio, incentivo e paciência no decorrer desta pesquisa.

A minha família, em especial, aos meus pais Darlene e Aldo, pela educação que me deram, pelo zelo, cuidado e pela formação ética e moral.

A minha irmã, Aldeleine Barbosa, pela torcida e por acreditar em meu sucesso.

A minha prima, Kallila Barbosa, e ao meu amigo, Antônio Lázaro, grandes incentivadores de enfrentamento desta jornada.

A minha sogra, Marilda Pêpe, exemplo de mãe, mulher e até mesmo, sogra.

A Siko e a Sika pelos momentos de descontração.

A meu orientador e amigo, Professor Ivan Novaes, pela amizade, paciência, compreensão, por toda a ajuda, incentivo e apoio nesta caminhada. Suas orientações, sugestões, reflexões e broncas foram importantíssimas neste meu caminhar.

A professora Lidia Boaventura Pimenta, por ter aceitado o convite de participação nas minhas bancas de qualificação e defesa, sendo muito atenciosa e contribuindo bastante com o meu trabalho.

Ao professor Eduardo Manoel de Freitas Jorge e a professora Kátia Siqueira Freitas, por terem aceitado, já no final, o convite para participar da banca de defesa.

Ao Professor Antônio Almeida Carreiro que compôs a banca de qualificação, mas infelizmente, por incompatibilidade de agenda, não pode se fazer presente na banca de Defesa.

A todos os professores do Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (Gestec), por compartilharem seus conhecimentos nesta jornada.

Aos amigos e colegas de trabalho, em especial, a Rodrigo Ferreira e Breno Carneiro, pelas dicas, incentivos e contribuições.

Aos colegas do grupo de pesquisa NUGEF, pela amizade e apoio mútuo.

À Universidade do Estado da Bahia, pela oportunidade da realização do curso de mestrado.

Enfim, a todos e todas que contribuíram de alguma forma na realização deste trabalho, porque agradecer a alguns é, com certeza, esquecer de muitos.

"Quando se pode medir o que se está discutindo e expressá-lo em números, sabe-se algo sobre o assunto; mas, quando o resultado não puder ser expresso em números, seu conhecimento é insatisfatório; pode ser início do conhecimento, mas não se terá passado ao estágio de ciência qualquer que seja o assunto"

(Itis Fides)

RESUMO

Este trabalho buscou identificar os principais problemas em torno dos registros acadêmicos e dos processos de sistematização e disseminação de informações no âmbito da Universidade do Estado da Bahia. Para tal fim, explorou a problemática que envolve a sistematização e integralização de informações acadêmicas, de maneira a fornecer subsídios aos gestores dos cursos de graduação para a tomada de decisão. Seus resultados apoiaram o desenvolvimento de uma ferramenta tecnológica, um Portal para a disseminação de informações acadêmicas destinadas aos gestores da Instituição. Como aporte teórico, analisamos algumas pesquisas e trabalhos relacionados à temática com ênfase na avaliação institucional e na tomada de decisão. As análises permitiram construir um arcabouço teórico sobre a avaliação do ensino superior e identificar os limites dos gestores quanto à obtenção de informações acadêmicas qualificadas para a tomada de decisão. No que se refere à metodologia, adotou a triangulação de evidências obtidas através de pesquisa bibliográfica, análise documental e observação participante. Como produto, desenvolvemos o Portal da Avaliação e Gestão Acadêmica que reuniu informações acadêmicas qualificadas com o intuito de disseminá-las entre os gestores, subsidiando-os no processo de tomada de decisão e no acompanhamento da avaliação dos cursos. Com a disseminação dessas informações acadêmicas por meio do Portal, insumos são disponibilizados aos gestores para o acompanhamento regular dos cursos e a melhoria do processo de avaliação, de maneira a impactar positivamente no desempenho dos cursos e no rendimento dos indicadores de qualidade da educação superior.

Palavras-chave: Educação Superior**.** Disseminação de Informação. Avaliação do Ensino Superior. Tomada de Decisão. Sistema de Informação.

ABSTRACT

This work sought to identify the main issues regarding academic records and the processes of systematization and dissemination of information within Uneb. To that end, we explored the problematic that involves the systematization of academic information, in order to provide administrators of undergraduate programs at the University of the State of Bahia (Uneb) with input that help orient decision making. The results of this study supported the development of technological tool, a portal, for the dissemination of academic information aimed at the Institution's administrators. As a theoretical contribution, we analyze research and studies related to the theme with emphasis on institutional evaluation and decision making. The analysis allowed to develop a theoretical framework on the evaluation of higher education and to identify the limits of academic administrators in order to obtain information able to foster decision making. Regarding the methodology, we adopted the triangulation of evidence obtained through bibliographic research, document analysis and participant observation. As a product, we developed the Academic Evaluation and Administration Portal, which gathers qualified academic information with the aim of disseminating it among academic administrators, fostering decision-making and the follow-up of the program evaluation. With the dissemination of academic information through the Portal, inputs are made available to administrators for the regular follow-up of the programs and improvement of the evaluation process, in a way that has a positive impact on the performance of the programs and their quality indicators of higher education.

Keywords: Higher Education. Dissemination of information. Evaluation of higher education. Decision making. Information system.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Tela inicial do Portal de Avaliação e Gestão Acadêmica 65
Figura 2 Forma de acesso às funcionalidades incorporadas 66
Figura 3 Tela referente à funcionalidade Microdados Censo 67
Figura 4 Tela referente à funcionalidade Processo Seletivo 69
Figura 5 Tela referente à funcionalidade Qualificação Docente 71
Figura 6 Exemplo de funcionamento da funcionalidade Qualificação Docente 72
Figura 7 Tela referente à funcionalidade Indicadores de Qualidade 74

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Itens dos indicadores de qualidade da educação superior 38
Quadro 2 Composição do CPC e pesos das suas dimensões e componentes 40

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CE	Componente Específico
CEB	Constituição do Estado da Bahia
CEE	Conselho Estadual de Educação
CF	Constituição Federal
CGACGIES	Coordenação Geral de Avaliação dos Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Conc	Discentes Concluintes
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CONSU	Conselho Universitário
CPC	Conceito Preliminar de Curso
CPS	Centro de Processo Seletivo
Daes	Diretoria de Avaliação da Educação Superior
DCH	Departamento de Ciências Humanas
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
FACIPLAC	Faculdades Integradas da União Educacional do Planalto Central
FG	Formação Geral
Gerinf	Gerência de Informática
GESTEC	Programa de Pós-Graduação Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação
IDD	Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado
IDE	Ambiente de Desenvolvimento Integrado
IES	Instituição de Ensino Superior
IFAM	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
IGC	Índice Geral de Cursos
IN	Candidatos inscritos para vagas novas
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Ing	Discentes ingressantes
IPE	Candidatos inscritos para vagas de programas especiais
IR	Candidatos inscritos para vagas remanescentes
LDB	Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional
Mat	Discentes matriculados

MEC	Ministério da Educação
NA	Nota referente às oportunidades de ampliação da formação acadêmica e profissional
ND	Nota de Proporção de Doutores
NF	Nota referente à infraestrutura e instalações físicas
NIDD	Nota do indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado
NM	Nota de Proporção de Mestres
NO	Nota referente à organização didático-pedagógica
NR	Nota de Regime de Trabalho
PGDP	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PIT	Plano Individual de Trabalho :
PNE	Plano Nacional de Educação
PPG	Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação
PRAES	Pró-Reitoria de Assistência Estudantil
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento
SAEB	Secretaria de Administração do Estado da Bahia
SAGRES	Sistema de Automação e Gerenciamento do Ensino Superior
SEAVI	Secretaria Especial de Avaliação Institucional
SERDIC	Secretaria de Registro de Diplomas e Certificados
SGC	Secretaria Geral de Cursos
SIAR	Sistema de Inscrição de Aluno Regular
SIGP	Sistema Integrado de Gestão de Pessoas
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SIP	Sistema Integrado de Planejamento
SIRH	Sistema Integrado de Recursos Humanos
SISB	Sistema de Bibliotecas
SISBA	Sistema de Inscrição de Bolsa Auxílio
SiSU	Sistema de Seleção Unificada
SIV	Sistema de Inscrição do Vestibular
SNPG	Sistema Nacional de Pós-Graduação
SonIC	Sistema Online de Iniciação Científica
SRDC	Sistema de Registro de Diplomas e Certificados
UDO	Unidade de Desenvolvimento Organizacional

UF	Unidade da Federação
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
VN	Vagas novas
VPE	Vagas de programas especiais
VR	Vagas remanescentes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14

1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL 25

1.1 O INÍCIO DE UMA NOVA DÉCADA 27

2 REFLEXÕES SOBRE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL 31

3 INDICADORES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 37

3.1 CONCEITO PRELIMINAR DE CURSO (CPC) 38

3.2 ÍNDICE GERAL DE CURSOS (IGC) 40

3.3 CONCEITO ENADE 41

4 BREVE CONSIDERAÇÃO SOBRE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA BAHIA 44

5 DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES, TOMADA DE DECISÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 48

5.1 QUALIDADE DA INFORMAÇÃO 49

5.2 TOMADA DE DECISÃO NO CONTEXTO DA AVALIAÇÃO 51

5.3 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA PERSPECTIVA DE AUXILIAR A DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES SUBSIDIANDO A TOMADA DE DECISÃO 53

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 57

CONSIDERAÇÕES FINAIS 61

7 O APERFEIÇOAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE UMA FERRAMENTA TECNOLÓGICA PARA A DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES ACADÊMICAS DESTINADAS AOS GESTORES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNEB 63

7.1 APRESENTAÇÃO DO PORTAL DE AVALIAÇÃO E GESTÃO ACADÊMICA 64

7.1.1 Microdados Censo 66

7.1.2 Processo Seletivo 68

7.1.3 Qualificação Docente 70

7.1.4 Indicadores de Qualidade 73

REFERÊNCIAS 76

INTRODUÇÃO

Esse trabalho se insere no contexto dos estudos sobre políticas de avaliação do ensino superior com ênfase nas recentes experiências da Universidade do Estado da Bahia (Uneb) com este tipo de política. Trata-se de um trabalho que procura descrever sumariamente as medidas adotadas por esta Instituição para atender às diversas demandas de sistematização e disseminação de informações e dados acadêmicos sobre seus cursos.

Por se tratar de uma pesquisa aplicada e, portanto, destinada a apresentar um produto, demos ênfase ao aperfeiçoamento e desenvolvimento de um Portal (*software*) que, na nossa compreensão, cumprirá a importante finalidade de sistematizar e disseminar informações acadêmicas para os gestores da Uneb e o público de maneira geral. Essa ferramenta se destina, ainda, a apoiar os processos de avaliação institucional e subsidiar o processo de tomada de decisão por parte dos gestores da Instituição. Assim, este trabalho atende ao Regimento do Programa de Pós-Graduação Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (Gestec) que, em seu artigo 44, define, entre vários formatos possíveis do Trabalho de Conclusão de Curso, o desenvolvimento de *software*.

A motivação para explorar e refletir sobre essa temática decorre da nossa experiência na Secretaria Especial de Avaliação Institucional (Seavi) da Uneb em que passamos a lidar com demandas complexas e diversas relacionadas à reorganização da base de dados e à reorientação dos procedimentos de registros acadêmicos da referida instituição voltadas para melhorar a qualidade dos dados, sistematizar, produzir e, sobretudo, disseminar informações, de modo a contribuir para a tomada de decisão dos gestores acadêmicos da Uneb.

A Seavi foi criada a partir da Resolução nº 1.026/2014 do Conselho Universitário (CONSU) da Uneb que atribuiu a este órgão a responsabilidade pela prestação de informações oficiais e pelos levantamentos de dados com a finalidade de integrar e articular departamentos e setores envolvidos em processo de planejamento, gestão e avaliação institucional. Cabe sublinhar que uma das primeiras demandas institucionais apresentadas à Seavi se destinou a fornecer as informações requeridas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em cumprimento ao Censo da Educação Superior.

Quanto à concepção da Seavi, Carneiro e Novaes (2014) consideram que a sua criação abriu a perspectiva de contribuir para promover maior articulação no que concerne à sistematização e disseminação de informações e dados que poderão estimular o debate em torno da melhoria dos processos de gestão acadêmica e organizacional. De outra parte, pode ensejar

uma maior visualização sobre problemas relacionados aos registros acadêmicos e à prestação de informações.

A compreensão desses autores nos lrvou a pensar que há dificuldades, no que diz respeito à sistematização e disseminação de informações e dados e à sua utilização para a tomada de decisão, sobretudo quando se trata de dados acadêmicos referentes aos discentes, docentes e aos cursos ofertados pela Uneb.

É importante lembrar, por exemplo, que o Censo da Educação Superior, se constitui como uma das políticas voltadas para o levantamento anual de informações em caráter declaratório e mediante coleta de dados descentralizada, envolvendo dados como instituições de educação superior (IES), cursos, alunos e docentes. Os dados e informações coletados compõem a base de dados oficial utilizada pelos órgãos do Ministério da Educação (MEC) e demais entidades vinculadas, com precedência sobre quaisquer outras (BRASIL, 2013). O Censo, portanto, se apresenta como uma demanda obrigatória para todas as instituições de educação superior, públicas e privadas, motivo pelo qual a Uneb se encontra integrada, obrigando-se à prestação dessas informações.

Quando a Seavi iniciou a coleta de informações a fim de atender às demandas do Censo da Educação Superior, se deparou com alguns problemas. Verificamos que o cenário para responder a tal demanda se encontrava bastante adverso por não haver uma análise sobre a consistência e qualidades das informações disponíveis. A base de dados institucional não reproduzia a realidade das informações acadêmicas, dificultando, assim, a prestações de informações fidedignas por parte da Uneb. De outra parte, não havia uma política de disseminação de informações. Adiante destacaremos, em maior nível de detalhes, alguns desses problemas.

De fato, algumas questões foram evidenciadas a partir das primeiras ações desenvolvidas pela Seavi, particularmente quando este setor se debruçou sobre as diversas demandas apresentadas pelo Inep dentre as quais destacamos o Censo e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade).

Conforme mencionamos, destacaremos alguns dos problemas identificados a partir da nossa aproximação com a base de dados acadêmica oficial da Uneb. Observamos, por exemplo, que as informações acadêmicas requeridas pelo CenSup[1] foram obtidas com algum grau de dispersão e, em alguns casos, imprecisão, conforme apresentaremos a seguir:

---

[1] O CenSup é o sistema de coleta de dados do Censo da Educação Superior mantido pelo Inep e utilizado para o preenchimento e atualização de informações.

- um mesmo curso apresentava três tipos de códigos diferentes sem correlação entre si (Inep[2], Vestibular[3] e Sistema Acadêmico[4]);
- divergência de informações encontrada na base de dados do Sagres e na base de dados do e-Mec[5];
- discrepância entre os critérios utilizados pelo Sagres e o Inep para a definição do turno de funcionamento;
- dificuldade em obter o turno de funcionamento do curso e o turno do discente a partir do registro Sagres;
- dificuldade no acompanhamento de egressos dos cursos e da produção por eles apresentada; e
- dificuldade em obter a titulação atualizada do docente.

Consideramos que a falta de padronização nos códigos dos cursos produz inconsistências de dados, o que pode prejudicar a interpretação e a comunicação entre os órgãos responsáveis da Instituição, como a Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), a Secretaria Geral de Cursos (SGC) e a Seavi, entre outros. De maneira análoga, identificamos, ainda, algumas imprecisões no que se refere às informações relativas ao turno de funcionamento de cursos. A categorização utilizada pela Uneb − matutino, vespertino e noturno − é diferente daquela empregada pelo Inep que, além das citadas, utiliza a categoria turno integral, gerando alguma imprecisão de informações no Sagres.

Entendemos, ainda, que tais inconsistências prejudicam a disponibilização de informações acadêmicas para os gestores. De modo complementar, impactam negativamente na interpretação dos dados e provocam imprecisões na prestação de informações fidedignas.

É importante observar que a dificuldade em prestar informações fidedignas ao Mec, Inep e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pode impactar negativamente nos processos de avaliação de seus cursos e, consequentemente, na Instituição. De outra parte, dificulta a sua disseminação, considerando que há margem expressiva de inconsistência. Cabe lembrar que o Inep e a Capes coletam informações que se constituem como insumos para cálculos de indicadores que permitem promover a avaliação dos cursos e instituição.

---

2 Código único que representa o curso oriundo do Cadastro e-Mec.

3 Código utilizado pela instituição para identificação dos cursos na oferta de vagas novas no processo seletivo vestibular.

4 Código do curso, em uma designação interna utilizado pelo setor responsável no cadastro de cursos no sistema acadêmico da Universidade.

5 O e-Mec é um sistema eletrônico de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil.

No caso da Uneb, essas informações são extraídas do Sistema de Automação e Gerenciamento do Ensino Superior (Sagres), utilizado oficialmente pela Instituição para promover registros acadêmicos relativos ao acompanhamento acadêmico dos discentes, docentes e cursos. A despeito de a Uneb contar com essa ferramenta tecnológica de gestão, observamos que a sua utilização por parte de gestores ainda se apresenta de forma limitada, ou seja, não há uma exploração do potencial ofertado.

Os registros acadêmicos no Sistema Sagres mereceram especial atenção ante a identificação das inconsistências aqui mencionadas. Desse modo, o grupo de trabalho constituído pela Seavi, a Unidade de Desenvolvimento Organizacional (UDO) e a Secretaria Geral de Cursos (SGC), propiciaram uma análise do referido sistema a fim de promover ajustes de correção de inconsistências. Esta ação integrou o Programa de Reorganização da Base de Dados e a Reorientação dos Procedimentos Acadêmicos que, em síntese, visam ajustar a base de dados acadêmica e alinhar os procedimentos acadêmicos tornando-as informações mais consistentes.

Observamos que, apesar de o Sagres ser o sistema de registros acadêmico oficial da Universidade, poucos sistemas utilizados na Instituição se comunicam com ele e aqueles que possuem alguma integração com o Sagres não exploram todas as informações disponíveis. Verificamos que as integrações entre os sistemas são usadas apenas para validar as matrículas dos alunos no sistema Sagres e se estas estão ativas. Destacamos, como exemplos, o Sistema de Inscrição de Bolsa Auxílio (Sisba) e o Sistema Online de Iniciação Científica (SonIC) cuja primeira informação solicitada para inscrição consiste no número de matrícula dos discentes que, posteriormente, será validada no Sagres.

Essa “falsa” integração com o Sagres é utilizada apenas para validar se o número de matrícula informado no ato da inscrição é de um aluno ativo matriculado, sendo o aluno obrigado a preencher um questionário para prosseguir com a inscrição. Algumas informações desse questionário já constam no sistema acadêmico oficial e, consequentemente, na base de dados acadêmica, a exemplo de sexo, regime de cotas, data de nascimento, filiação, dentre outras, gerando redundância de dados. O principal problema decorrente dessa prática é a fragmentação dos dados dentre os diversos sistemas Institucionais, dificultando a obtenção de informações confiáveis e consolidadas, devido à redundância e à inconsistência de dados armazenados em mais de um sistema. Outro problema, destacado por Cunha, Souza Júnior e Almeida (2005), igualmente relevante, é o fato de que, utilizando sistemas fragmentados, os usuários criam barreiras para o fluxo das informações, pois, por não terem uma visão macro, se

enxergam como detentores do conhecimento inerente ao seu setor ou à função que desempenham, em particular.

Com efeito, consideramos que o Sagres vem sendo utilizado de forma limitada, isto é, aquém dos recursos que oferece, mas admitimos, de outra parte, que essa limitação vem sendo enfrentada e que já observamos retornos positivos. Por exemplo, em 2015, foi designado um grupo de trabalho, constituído por Seavi, SGC e UDO, para promover, especialmente, a revisão das inconsistências e identificar, no Sistema, as demandas acadêmicas de registros que precisam ser adequadas. Esse grupo de trabalho vem unificando os procedimentos acadêmicos relativos aos cursos. A unificação dos processos de registros de cursos pode representar um meio eficaz de organização da base de informações e dados e uma via eficiente para o acompanhamento de desempenho dos cursos nas avaliações dos órgãos oficiais.

Com a base de dados acadêmica mais organizada e fidedigna, a demanda por informações no âmbito da Seavi tem aumentado. Informações institucionais, tais como número de cursos, número de alunos, quantidade de alunos cotistas, quantidade de docentes, titulação dos docentes etc., são demandadas, frequentemente, a esta secretaria. A ideia de consolidar os dados e informações institucionais e disseminá-las para a comunidade acadêmica teve início, em 2015, com o levantamento de informações que viria a compor o projeto do anuário "Uneb em dados", uma publicação integrada por dados e informações acadêmicas relativas ao ano letivo que tem a finalidade de fornecer uma visão geral sobre os cursos da Uneb, bem como de divulgar amplamente informações sistematizadas pela gestão da Universidade, representando em si um instrumento de gestão.

Os dados e informações que integram o Anuário são obtidos a partir dos sistemas de registros acadêmicos utilizados pela Uneb, notadamente, Sagres, Sistema de Inscrição do Vestibular (SIV), Sistema Integrado de Gestão de Pessoas (SIGP), Sistema Online de Iniciação Científica (SonIC), Sistema de Inscrição de Bolsa Auxílio (Sisba) e o Sistema de Bibliotecas (SISB).

Quanto aos sistemas externos, utilizamos dados disponíveis no Sistema Eletrônico e-MEC e no Sistema de Seleção Unificada (SiSU) também do MEC. Houve ainda informações coletadas através da Capes, por meio da Plataforma Sucupira[6], bem como dados disponibilizados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

---

[6] É a ferramenta utilizada pela Capes para coletar informações, realizar análises e avaliações e ser a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG).

É importante mencionar que, além do Sagres, outros sistemas com o objeto de sistematizar informações e auxiliar gestores no acompanhamento e tomadas de decisão, são utilizados pela gestão desta Universidade. A seguir, descrevemos os principais sistemas utilizados e suas respectivas finalidades:

- Sistema Integrado de Planejamento (SIP): sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Planejamento (Proplan), tem como finalidade o planejamento, a gestão e o acompanhamento dos projetos, ações e atividades de Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação, Assistência Estudantil, Extensão e Administração desenvolvidos pela Instituição.
- Sistema Integrado de Gestão de Pessoas (SIGP): tendo a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PGDP) como responsável é utilizado com a finalidade de gerenciar os dados cadastrais e financeiros dos servidores. Basicamente, o SIGP possui os dados atualizados do Sistema Integrado de Recursos Humanos (SIRH), que é o sistema de cadastro de servidores pertencente à Secretaria de Administração do Estado da Bahia (SAEB), onde, periodicamente, essas informações são disponibilizadas à Uneb e com isto alimentando o SIGP.
- Plano Individual de Trabalho (PIT): tendo a PGDP como gestora, seu objetivo é o de gerenciar a carga horária semanal do docente, ou seja, todas as atividades que o docente exerce durante um semestre na instituição devem ser inseridas no PIT.
- Sistema de Inscrição de Aluno Regular (Siar): sendo gestora a Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação (PPG), o sistema é utilizado pelos programas de Mestrado e Doutorado, tendo por finalidade o controle de inscrições de candidatos a alunos regulares bem como gerenciar o fluxo do processo seletivo que cada programa possui.
- Sistema de Inscrição de Bolsa Auxílio (Sisba): sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAES), é utilizado com a finalidade de gerenciar a inscrição e a seleção de candidatos às bolsas de permanência oferecidas através da Pró-Reitoria citada.
- Sistema de Inscrição do Vestibular (SIV): tendo o Centro de Processo Seletivo (CPS) como responsável, é utilizado com a finalidade de gerenciar o controle de inscrições dos candidatos às vagas ofertadas pelo processo seletivo vestibular.
- Sistema On-Line de Iniciação Científica (SonIC): sob responsabilidade da PPG, o sistema tem como finalidade agilizar o processo de submissão de propostas e dar celeridade ao Programa Institucional de Iniciação Científica da Instituição.

- Sistema de Registro de Diplomas e Certificados (SRDC): tendo como responsável a Secretaria de Registro de Diplomas e Certificados (Serdic), sua finalidade é o gerenciamento e controle das solicitações para a emissão de diplomas.

Cabe destacar que a Gerência de Informática (Gerinf), vinculada à UDO, é o setor responsável pelo desenvolvimento desses sistemas institucionais. A partir da nossa experiência na Uneb, pudemos constatar que este setor, entre cujas competências se inclui o desenvolvimento de sistemas, atendeu a diversas solicitações com esta finalidade, ou seja, a de criar novos sistemas à medida que era demandado. Importa observar que, se, por um lado, o desenvolvimento desses sistemas tem atendido aos setores demandantes no que tange aos registros de informações acadêmicas, por outro lado, a integração e a articulação entre sistemas não foi colocada como uma necessidade premente.

De maneira geral, os setores responsáveis pelo desenvolvimento de sistemas possuem o papel de auxiliar e orientar como as informações e a tecnologia podem contribuir para a redução de custos, o aumento da produtividade, a melhoria da qualidade, o desenvolvimento de novos produtos e serviços, efetuando a racionalização e o redesenho de processos, incluindo desenvolvimento e integração de sistemas.

Cada um dos sistemas existentes foi designado para atender a finalidades específicas e pontuais dos setores solicitantes, sem nenhuma ou com precária integração com os demais sistemas. Essa estrutura fragmentada para o desenvolvimento e implantação de sistemas resultou, posteriormente, em uma arquitetura de difícil integração.

Com efeito, entendemos que a falta de integração entre os sistemas implica em formas isoladas de funcionamento, tendo cada um a sua própria base de dados o que torna o levantamento, a consistência e a disseminação das informações muito difícil, podendo gerar redundância não desejada de dados. Por certo, pode afetar negativamente a gestão das informações, considerando que dificulta o acompanhamento das informações acadêmicas, uma vez que estas se tornam pulverizadas, dispersas e desintegradas, dificultando o levantamento e a integração dos registros acadêmicos e institucionais.

Um dos principais problemas encontrados diz respeito aos registros frequentes de informações, ou seja**,** a como cada sistema desenvolvido no âmbito da Uneb possui a sua própria base de dados implicando em que a mesma informação seja repetidamente preenchida em diversos sistemas, gerando retrabalho, redundância e possível inconsistência de dados.

De outra parte, realizamos uma busca ao banco de teses e dissertações, bem como ao portal de periódicos da Capes a fim de localizarmos trabalhos correlatos. Assim, identificamos os seguintes títulos: Gestão da informação e dos sistemas de informação para

tomada de decisão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – Campus Coari. Este trabalho teve o objetivo de analisar a real situação da gestão da informação e os sistemas de informação utilizados para a tomada de decisão na administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) – Campus Coari; Gestão da informação para a tomada de decisão em uma instituição de ensino superior privada: a experiência das Faculdades Integradas da União Educacional do Planalto Central (FACIPLAC/DF). Com o objetivo de analisar a gestão da informação na tomada de decisão, a pesquisa apresenta a importância que a informação possui para tomada de decisão a fim de que tais decisões possam tornar a organização mais competitiva no setor em que atua; Sistemas de informação e tomada de decisão na gestão universitária: um olhar nos indicadores de desempenho de uma instituição de ensino superior. O artigo tem o objetivo de revisar as teorias existentes do contexto de Gestão e Indicadores, bem como Sistemas de Informação e o Armazenamento de Dados e, a partir desta abordagem, sugerir uma estrutura de indicadores para dar suporte as tomadas de decisão na gestão universitária.

Todavia, não identificamos pesquisas voltadas para a sistematização e integração de informações acadêmicas a fim de subsidiar a tomada de decisão no âmbito da Uneb.

Considerando que a disseminação de informações e a tomada de decisão se apresentam como processos quase indissociáveis e integrados aos objetivos da avaliação institucional, entendemos que a sistematização de dados acadêmicos aqui relatados, apresentam problemas.

Desse modo, nossa pesquisa suscitou a seguinte questão: como sistematizar e integrar as informações acadêmicas, de maneira a fornecer subsídios aos gestores dos cursos de graduação para a tomada de decisão? No que se refere ao objetivo, buscou identificar, a partir de observações *in loco*, os principais problemas em torno dos registros acadêmicos e dos processos de sistematização e disseminação de informações no âmbito da Uneb.

Considerando a natureza de uma pesquisa aplicada, apresentamos como produto desta, o aperfeiçoamento e desenvolvimento de uma ferramenta tecnológica voltada para a disseminação de informações acadêmicas destinadas aos gestores dos cursos de graduação da Uneb.

Desse modo, a ferramenta tecnológica adotada cujo aperfeiçoamento e desenvolvimento já foram anteriormente citados, foi o Portal de Avaliação e Gestão Acadêmica instrumento de gestão destinado a sistematizar, integrar e disseminar informações acadêmicas que visam subsidiar os gestores da Uneb na tomada de decisões.

O Portal de Avaliação e Gestão Acadêmica se constitui como uma ferramenta tecnológica de gestão com a finalidade de fornecer dados e informações acadêmicas visando subsidiar a tomada de decisões. O acesso a esse Portal será viabilizado aos gestores acadêmicos da Uneb, notadamente Pró-Reitores, Assessores/Secretários, Diretores de Departamentos e Coordenadores de Colegiado de Cursos.

O Portal de Avaliação e Gestão Acadêmica foi concebido a partir do aperfeiçoamento de uma ferramenta disponibilizada pelo Sagres, o Portal do Gestor. No portfólio da empresa responsável pelo sistema acadêmico, é definido como sendo a porta de entrada dos módulos Sagres, dando acesso imediato às informações de diferentes módulos de acordo com cada nível de autorização. O Portal permite que a instituição integre seus próprios sistemas ou funcionalidades em um único ambiente, fornecendo a infraestrutura de software necessária.

De outra parte, o Portal Gestor se restringe a apresentar dados de caráter informativo, deixando lacunas no que tange a avaliação e acompanhamento dos cursos. Em estudos sobre esse Portal Gestor, a Seavi identificou a necessidade de promover um acompanhamento permanente e de maior abrangência no que tange a avaliação e disseminação de informações relativas a esse assunto.

Desse modo, a partir da possibilidade de integração com outros sistemas, aperfeiçoamos e ampliamos as funções do Portal do Gestor, incorporando funcionalidades desenvolvidas e tornando-o uma ferramenta capaz de reunir informações e dados gerados pelos diversos sistemas internos e externos à Uneb. Coube, portanto, a mim, a responsabilidade de conceber, reformular e aperfeiçoar esse Portal. Nesse sentido, desenvolvemos o Portal de Avaliação e Gestão Acadêmica, ferramenta tecnológica que possibilita extrair informações tais como:

- Microdados do Censo da Educação Superior (Mec/Inep) − permitem ao gestor efetuar o cruzamento de dados relativos a todos os cursos de graduação do país, possibilitando, assim, a realização de estudos de viabilidade e oferta para a implantação de cursos novos em determinados municípios. No caso da Uneb, permitem obter informações que podem subsidiar a tomada de decisão sobre a gestão dos cursos de graduação.
- Processo Seletivo – através das inscrições para os processos seletivos na Universidade, permite ao Gestor ter uma visão geral do público que pleiteia uma vaga no curso, departamento, campus ou, até mesmo, em toda a Universidade. Tal funcionalidade propicia ao gestor analisar, por exemplo, quais os cursos com maior e menor demanda.

- Índice de Qualificação de Docentes – integrado ao Lattes (Capes), este índice foi desenvolvido para identificar o quantitativo e percentual de docentes que atuaram na graduação com títulos de mestrado e/ou doutorado, esses mesmos índices são utilizados para avaliação dos cursos através do censo da educação superior.
- Avaliação de Cursos – a partir da divulgação, através dos órgãos oficiais, dos resultados das avaliações dos cursos, esta funcionalidade possibilita ao gestor visualizar todos os insumos que compõem os indicadores de avaliação referentes ao seu curso, permitindo analisar quais os indicadores que estão impactando negativa ou positivamente nos cursos.

É possível, ainda, combinar algumas dessas informações existentes no Portal de Avaliação e Gestão Acadêmica de modo que este se apresenta como uma ferramenta tecnológica para subsidiar os gestores no que tange aos processos de avaliação institucional nos quais a Uneb está envolvida.

Consideramos que essa ferramenta, para além de reunir dados, pode facilitar o acompanhamento geral de importantes informações acadêmicas sobre a Uneb, na medida em que procura disseminar, amplamente, dados relativos à Instituição. De maneira complementar, constitui um instrumento permanente de avaliação institucional de fácil acesso aos gestores da Instituição.

De acordo com Dias Sobrinho (1995, p. 59), avaliar não é somente criar um banco de dados, embora isto seja muito importante; não é apenas medir o grau de aprendizagem dos alunos e professores. A avaliação deve envidar esforços coletivos que busque compreender os sentidos dos múltiplos e, até mesmo, contraditórios processos relacionais que formam a universidade enquanto "comunidade da comunicação". A avaliação requer a postura dinâmica de conhecer, produzir e cimentar as relações, construir a articulação e a integração dos diversos níveis, áreas e dimensões institucionais. Não se deve, portanto, buscar o conhecimento isolado de departamentos, cursos ou mesmo de docentes. Entendemos que a avaliação conduz à compreensão e à construção das totalidades integradas.

A estrutura deste trabalho está constituída pelas seguintes seções:

No Capítulo I, realizamos uma breve contextualização sobre o crescimento da educação superior no Brasil destacando os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/1996 que versam sobre a importância da avaliação deste nível de ensino.

No Capítulo II, destinamos algumas reflexões sobre o contexto das políticas públicas de avaliação da educação superior, com ênfase na legislação que orienta os processos de avaliação no âmbito das instituições de ensino superior no Brasil.

No Capítulo III, apresentamos os principais indicadores de qualidade do ensino superior utilizados na avaliação feita pelos órgãos oficiais. Nossa ênfase incide sobre o Conceito Preliminar de Curso (CPC), o Índice Geral de Cursos (IGC) e o Conceito Enade.

No Capítulo IV, descrevemos, brevemente, como o sistema estadual de educação da Bahia, a partir do Conselho Estadual de Educação (CEE), regula e supervisiona as universidades estaduais da Bahia bem como a complexidade organizacional da Uneb devido a sua estrutura *multicampi*.

No Capítulo V, realizamos uma abordagem teórica sobre os conceitos disseminação de informações, tomada de decisão e tecnologia da informação no contexto da avaliação no campo educacional.

O Capítulo VI esboça a proposta metodológica e operativa que foi conduzida a pesquisa.

Finalmente, no Capítulo VII, serão apresentados e descritos, em maior nível de detalhamento, o desenvolvimento e aperfeiçoamento do Portal de Avaliação e Gestão Acadêmica, produto da pesquisa.

1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

As práticas docentes no Brasil foram iniciadas com a chegada dos jesuítas ao país e, a partir dos seus ensinamentos, novas técnicas e métodos foram desenvolvidos no intuito de melhorar as ações educacionais, com o passar dos anos. De acordo com Gomes et al.:

> [...] essas práticas revelam influências da pedagogia tradicional, com suporte do modelo da formação religiosa, no qual o professor – centro das ações pedagógicas − era reconhecido como 'o detentor do saber'. Essa premissa influenciou profundamente a ação docente, cujos reflexos se estendem até os dias de hoje e se mostram insuficientes (2004, p. 145).

Os autores afirmam, ainda, que, na década de 1930, com o desenvolvimento da Escola Nova, os educadores assumiram posturas centrais como indivíduos incentivadores da aprendizagem e formando os princípios tradicionais da pedagogia. No que diz respeito ao ensino superior propriamente dito, este foi instituído no país somente em 1934, conforme relata Franco:

> Certamente, temos a considerar que o ensino superior no Brasil iniciou sua organização mais sistemática a partir de 1934 com a fundação da Universidade de São Paulo. Evento este, que representa uma condição de história recente no cenário educacional. Contudo, não podemos deixar de registrar que o pós-guerra colocou o Brasil numa condição de país que mais expandiu seu sistema de educação, não apenas do nível básico, mas também da educação superior (2008, p. 54).

Somente com a chegada da década de 60, mais especificamente em 1964, o governo brasileiro promoveu o crescimento das propostas educacionais brasileiras em função do desenvolvimento industrial e da necessidade de aumento da produtividade. Assim, as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, instituídas através da Lei nº 5692, em 1971, passaram a apoiar todas as iniciativas pedagógicas do país.

As ações dos docentes foram fragmentadas a conhecimentos específicos, de acordo com os períodos atuantes e o currículo foi determinado em todo o território nacional, sendo obrigatório cumprir a formação técnico-profissional.

> Os cursos de formação docente, influenciados por essa tônica, criaram a denominada 'licença curta' para preparação rápida e massiva de professores, centrada na aprendizagem de métodos e técnicas visando atingir os objetivos propostos pelo Sistema de Ensino. Nesse contexto, o professor passou a ser um técnico especialista, sobrepondo-se a uma formação que permitisse um

> olhar crítico e reflexivo sobre o sentido de sua prática e de seu compromisso com a educação e a sociedade como um todo (GOMES et al., 2004, p. 146).

Nessa perspectiva, os aspectos produtivos das funções dos professores foram mais destacados do que os simples atos de pensar, analisar, refletir e orientar. Assim, nos anos 60, os docentes foram utilizados como meros instrumentos de ensino, sendo ignoradas suas funções como disseminadores do conhecimento e transformadores da sociedade. Nos anos 70, este cenário tampouco mudou, fazendo com que os docentes buscassem novas oportunidades e expectativas, visando a detenção do conhecimento plural, o desenvolvimento de um senso crítico, imperativo e totalmente focado na práxis pedagógica (TARDIFF; LESSARD; GAUTHIER, 1997). Em relação à década de 80:

> [...] considerada ainda a fase de controle sobre os professores, a escola começa a assumir um papel mais organizativo e transformador junto à sociedade, mobilizada pelas teorias críticas que ora surgiam, passando de uma visão tecnicista para uma concepção mais dialética, em que as experiências vividas passaram a ser valorizadas como possibilidades de aprendizagem (GOMES et al., 2004, p. 146).

O crescimento da educação de nível superior no Brasil se deu devido à necessidade de diversificar as formas de atendimento aos alunos ingressantes, principalmente nos cursos de graduação, considerando que esta expansão envolveu apenas a hierarquia institucional das universidades e não a melhoria dos projetos pedagógicos das instituições direcionadas ao atendimento da sociedade (MARTINS, 2000). Este processo de crescimento esteve ligado ao aumento do número de vagas para os estudantes assim como às mudanças no perfil do público que desejava ingressar no ensino superior, o que exigiu que as universidades passassem a desenvolver novas alternativas estruturais para garantir um sistema educacional voltado para o mercado de trabalho e a inserção dos trabalhadores neste mercado.

No decorrer da década de 1990, os debates em torno da educação superior ganharam outra dimensão ante a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, quando algumas questões fundamentais voltaram ao cenário e foram incorporadas novas perspectivas e demandas direcionadas para a qualidade da educação superior.

1.1 O INÍCIO DE UMA NOVA DÉCADA

Segundo Pimenta e Anastasiou (2002), atualmente, a metodologia de ensino superior no Brasil se encontra baseada nas primeiras iniciativas didáticas voltadas para a educação nas universidades de modelos europeus, dentre os principais, o jesuítico, o francês, o alemão e o americano, exercendo importante influência até os dias de hoje. No entanto, esses modelos sofreram alterações, tornando os objetivos mais exigentes e complexos, visando o aumento da qualidade do ensino superior no país.

> O ensino superior, pela sua constituição pedagógica se apresenta como um ato complexo [...], variando desde o processo de esforço a partir de necessidades formativas, até o esforço para se adequar a determinadas metodologias, que se desenvolve num momento histórico de grande oportunidade para a educação e que se apropria de uma diversidade teórica rica que marca de forma verdadeiramente positiva o desenvolvimento da formação de professores para o ensino superior (CÂMARA, 2010, p. 3).

A missão do ensino superior é disponibilizar para a sociedade um ensino altamente qualitativo e eficaz na aquisição de conhecimentos teóricos e práticos necessários para a formação profissional do indivíduo tornando-o apto a atender às exigências do mercado. Dessa maneira, a sala de aula funciona como importante ferramenta para o fortalecimento do processo ensino-aprendizagem, lugar onde o educando poderá lidar com suas habilidades e capacidades desenvolvendo sua perspectiva científica e seu senso crítico.

De acordo com Masetto (2008, p. 14), "a função do Ensino Superior é de criar situações favoráveis ao desenvolvimento dos aprendizes nas diferentes áreas do conhecimento, no aspecto afetivo-emocional, nas habilidades e nas atitudes e valores".

O ensino superior envolve o fortalecimento dos conhecimentos específicos para determinada área, sendo imprescindível a mediação de um docente entre os conteúdos programáticos e os alunos.

> [...] a história registra que o professor, em especial nas áreas técnicas e humanas, por um largo período, era um profissional que, diferentemente dos professores do ensino fundamental e médio, não cuidava da sua formação pedagógica. O pressuposto para a tarefa de ensinar era o domínio de conhecimento, aqui entendido como saber específico sobre determinada área, condição suficiente para o exercício do magistério superior (BARUFFI, 2000, p. 181).

Com isso, entendemos que a educação, neste nível, exige profissionais cujas funções devem acompanhar as diferentes e constantes mudanças em sala de aula onde a formação e as habilidades do docente devem partir de atividades qualificadas, uma vez que são fundamentais para que os resultados das aulas sejam efetivos e positivos.

De acordo com Costa (2008, p. 45), é de responsabilidade do ensino superior "instigar o educando a se preocupar com a valorização do conhecimento, a atualização contínua, a pesquisa, o estudo, a cooperação, a solidariedade entre educador e educando, a criatividade, o trabalho em equipe e o pensamento crítico". A partir desta afirmação, observa-se que é de extrema importância que os docentes desempenhem suas funções de educadores com base em estratégias didáticas democráticas e autônomas.

> [...] no âmbito da Educação Superior a qualidade profissional prescinde do conteúdo/forma técnica, na medida em que ela é entendida como instrumento pedagógico reflexivo, organizativo e contextualizado do trabalho pedagógico e como veiculadora e produtora de significados e sentidos sociopolíticos e culturais (TORRES, 2006, p. 32).

Cabe ressaltar que a modernização mais importante para o desenvolvimento da sociedade se dá na área da educação, no entanto, esta ocorre de maneira gradativa e bastante lenta, pois engloba inúmeras transformações associadas a novos paradigmas, comportamentos e posturas responsáveis por mudar as dimensões humanas sociais e culturais. Este processo é fundamental para o fortalecimento da cidadania e da democracia na sociedade (SANTOS, 2004).

De acordo com Almeida (2002), o futuro da educação está direcionado, cada vez mais, para caminhos vertiginosos onde as instituições de ensino superior são consideradas organizações produtoras de conhecimento, mantendo como função disponibilizar aos cidadãos oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional, contribuindo, assim, com a melhoria de todo o sistema educativo, mas, principalmente, com o fortalecimento do conteúdo científico e das práticas pedagógicas mais eficazes.

Nos aspectos atuais do ensino superior, é preciso citar a legislação atuante que envolve a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96 cujo objetivo é estabelecer as diretrizes, inclusive para o ensino superior, ressaltando que o docente deve desenvolver suas funções a partir do princípio de que suas competências são provenientes de áreas de conhecimento específicos (BRASIL, 1996).

Segundo o artigo 43 desta lei, os objetivos da Educação Superior envolvem:

> I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
> II – formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
> III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
> IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
> V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
> VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
> VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica geradas na instituição (BRASIL, 1996).

Em relação aos docentes, o artigo 52 determina que as universidades deverão ser compostas por, pelo menos, um terço do corpo docente com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado e que um terço de seus professores deverão exercer a docência em tempo integral, conforme se pode observar a seguir:

> Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:
> I – produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;
> II – um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;
> III – um terço do corpo docente em regime de tempo integral (BRASIL, 1996).

Observamos que a implantação de uma legislação voltada para o ensino superior contribui com a formação continuada dos docentes ao afirmar que as instituições de ensino superior (IES) devem disponibilizar condições e instrumentos suficientes para que seus profissionais possam praticar o ensino visando garantir o aprendizado dos alunos. Segundo Silva e Oliveira (2009), “a LDB permite que a IES faça o credenciamento e o recredenciamento

para a avaliação de qualidade. Implicando no rendimento dos discentes, docentes e a qualidade da IES como um todo".

Cabe ressaltar que o docente do ensino superior deve exercer suas atividades de acordo com o tipo de IES. Desta maneira, afirma-se que o professor universitário deve agir de acordo com a condição da instituição, seja privada ou pública, pois os objetivos de cada universidade influenciam o papel do docente no processo de ensino aprendizagem.

No Brasil, existem diversos tipos de Instituições de Ensino Superior. Conforme determinado pela LDB/96, estas organizações podem ser divididas em:

- instituições superiores: envolvem organizações que desenvolvem pesquisas de ensino, sendo dependentes do Conselho Nacional de Educação (CNE) para ampliar suas áreas de atuação;
- faculdades integradas: conjunto de organizações que desempenham suas funções em diferentes planos do conhecimento, estabelecendo atividades de pesquisa e extensão;
- centros universitários: organizações cuja função é manter a qualidade do ensino através de práticas pedagógicas autônomas, podendo abrir e fechar cursos sem a autorização dos órgãos públicos. Com base nestas características, Silva e Oliveira consideram que:

> [...] o reflexo na docência terá um forte condicionamento dependendo da instituição, pois se o docente atua numa universidade e faz parte de um grupo de pesquisa ele recebe um forte condicionante à investigação. Já se exerce a atividade em uma instituição isolada, federal ou centro universitário será condicionado a ensino sem pesquisa ou ensino com pesquisa. É importante ressaltar que nas instituições universitárias nem todos os docentes desenvolvem pesquisas, pois elas têm diferentes níveis de pesquisas em seu interior e mesmo entre as instituições (2009).

Atualmente, existe uma tendência relacionada aos crescentes investimentos em IES, uma vez que são estas que costumam impulsionar as pesquisas científicas, destacando-se, sobretudo, as instituições públicas.

2 REFLEXÕES SOBRE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

As discussões acerca da avaliação da educação superior no Brasil se acentuaram a partir da segunda metade da década de 1970, com o delineamento do Estado Avaliador, expressão criada por Neave (apud DIAS SOBRINHO, 2004). Segundo o autor, este delineamento consistiria em uma racionalização e uma redistribuição geral das funções (e dos poderes) entre o centro e a periferia de maneira tal que o centro conservaria o controle estratégico global através de mecanismos políticos menores em número. De maneira complementar, definiria metas para o sistema e o estabelecimento de critérios e processos de controle de qualidade do produto. Poucas áreas de atuação escapam ao controle exercido pelo Estado Avaliador que utiliza o resultado da avaliação para distribuir os recursos humanos e financeiros entre as instituições que oferecem um serviço (educacional, de saúde, etc.).

O objetivo maior do Estado, naquele momento, era imprimir maior controle e alcançar níveis de eficiência e eficácia compatíveis com as demandas de mercado, objetivando aumentar a competitividade brasileira em áreas em que, até então, o país não demonstrava indicadores satisfatórios (DIAS SOBRINHO, 2003). Assim, o governo passou a intervir em alguns setores da sociedade visando assegurar a eficiência, o controle e a qualidade dos bens tangíveis e intangíveis (DIAS SOBRINHO, 2004).

Sobre o período mencionado, Afonso chama a atenção para o fato de ter se configurado, nesse período, uma transição caracterizada como de uma regulação burocrática de conotação fortemente centralizadora para uma "forma de regulação híbrida que conjuga o controle pelo Estado com estratégias de autonomia e autorregulação das instituições educativas" (2001, p. 25).

Considera, ainda, que, em meio às diferenças na forma de administrar e controlar as instituições de educação no Brasil, a presença do Estado avaliador se caracterizou pela promoção da avaliação externa por meio dos exames nacionais. Nesse cenário, infere Afonso, "através do predomínio de uma racionalidade instrumental e mercantil que tende a sobrevalorizar indicadores e resultados acadêmicos quantificáveis e mensuráveis sem levar em consideração as especificidades dos contextos e dos processos educativos" (2001, p. 26).

O processo de avaliação institucional da educação superior, como vem ocorrendo, atrelado à qualidade de ensino, é recente e faz parte das políticas públicas educacionais. De acordo com Dias Sobrinho (2010, p. 2), "avaliação é a ferramenta principal de organização e implementação das reformas educacionais".

Desse modo, foram constituídas macropolíticas que incorporaram dispositivos sobre a avaliação destinados aos mais diversos setores e organizações. Aqui se incluem as universidades, parte integrante de análise da nossa pesquisa. No que tange, particularmente, à avaliação da educação superior, destacaremos inicialmente, a Constituição Federal de 1988 (CF/88) que, no art. 206 dispõe os princípios básicos que orientam o ensino, observando, no seu inciso VII, a garantia do padrão de qualidade.

Os dispositivos constitucionais necessários para a efetivação da educação como dever de Estado estão definidos no art. 208. Quanto à oferta de ensino, o art. 209 estabelece que o "ensino é livre à iniciativa privada", atendidas duas condições: "1. Cumprimento das normas gerais da educação nacional; e "2. Autorização e avaliação de qualidade pelo poder público" (BRASIL, 1988).

É importante destacar que o seu art. 214 estabelece a criação de um Plano Nacional de Educação (PNE), cujo objetivo é articular o Sistema Nacional de Educação em regime de colaboração entre os entes da Federação, constituído por diretrizes, objetivos, metas e estratégias que visam implementar e assegurar a manutenção e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades, por meio de ações integradas dos poderes públicos. Nesse cenário, apresenta-se uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, que reafirma a importância da realização de processos de avaliação nos diversos níveis de ensino e, particularmente, na educação superior, que devem estar apoiados nas diretrizes políticas nacionais e na melhoria dos sistemas de ensino.

A CF/1988 e a LDB/1996 determinaram a elaboração dos Planos e Programas de Governo que as sucederam, a exemplo do PNE, de 2001, que introduziu a necessidade de institucionalizar um sistema de avaliação interna e externa capaz de promover a melhoria da qualidade do ensino, pesquisa, extensão e da gestão acadêmica das Instituições de Ensino Superior (DIAS SOBRINHO, 2008).

A avaliação tem particular destaque no art. 9º da LDB/96 que define as incumbências da União com esse mecanismo de gestão. São estabelecidos alguns incisos, dentre os quais aqueles relativos à avaliação do sistema educacional brasileiro, das IES, conforme segue:

> [...]
> V – coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;
> VI – assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

> VIII – assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;
> IX – autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino (BRASIL 1996).

De acordo com os incisos VIII e IX, a LDB estabeleceu incumbências para a União, os Estados e o Distrito Federal para que exerçam a regulação na educação superior, estabelecendo corresponsabilidades nas atribuições, uma vez que a União pode delegá-las aos Estados e ao Distrito Federal desde que mantenham instituições de educação superior. No seu no art. 10, a LDB confere as mesmas competências aos Estados e ao Distrito Federal, com relação às instituições de ensino superior integrantes dos respectivos sistemas.

Por fim, no que diz respeito à avaliação de cursos, a LDB dispõe, no seu art. 46, sobre o processo de autorização e reconhecimento de cursos bem como sobre o credenciamento de instituições de educação superior definindo prazos limitados para a renovação após processo regular de avaliação. O §1º deste artigo estabelece que:

> Após um prazo para saneamento de deficiências eventualmente identificadas pela avaliação a que se refere este artigo, haverá reavaliação, que poderá resultar, conforme o caso, em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas da autonomia, ou em descredenciamento (BRASIL, 1996).

O art. 9, §3º, da LDB atribui que a avaliação do sistema educacional brasileiro das IES "poderão ser delegadas aos Estados e ao Distrito Federal, desde que mantenham instituições de educação superior" (BRASIL, 1996). Neste caso, estão incluídas as instituições de ensino superior públicas estaduais. No que tange a autorização, reconhecimento e credenciamento das instituições públicas estaduais do ensino superior, o art. 10, inciso IV da LDB remete tais atribuições para os Estados (BRASIL 1996).

De acordo com Verhine (2015, p. 607), "a LDB consolidou a necessidade dos processos de avaliação, como pilar essencial da educação superior", imprimindo orientações gerais e diretrizes políticas destinadas à "regulação, supervisão e controle estatal por parte dos órgãos públicos competentes".

Cabe enfatizar que, com a aprovação da LDB, instala-se um cenário de reformas do ensino superior para estabelecer nova configuração a partir de uma série de regulamentações que se seguiram (Leis, Decretos, Resoluções, Pareceres) e que buscaram articular e promover o acompanhamento das referidas reformas bem como alinhar-se com as macropolíticas voltadas para o ensino superior. Entre essas políticas, encontra-se o Plano Nacional de Educação.

O atual Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), editado por meio da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que tem sua procedência, conforme já mencionado, no art. 214 da CF/88 e nos artigos 9 (inciso I) e 87 (§1º) da LDB, Lei nº 9.394/96, estabeleceu, para cada nível educacional, diretrizes, metas e objetivos para a educação nacional e a melhoria de sua qualidade. Nas diretrizes específicas para a educação superior e para a regulação do sistema deste nível de ensino, destaca-se a ênfase dada aos processos de avaliação.

No que tange às metas, evidenciamos o propósito de elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% considerando, do total, no mínimo, 35% doutores. Para isto, mencionamos algumas estratégias relativas à melhoria da qualidade da educação superior que são adotadas no PNE para o alcance desta meta:

- aperfeiçoar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), de que trata a Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004, fortalecendo as ações de avaliação, regulação e supervisão (BRASIL, 2004);
- induzir processo contínuo de autoavaliação das instituições de educação superior, fortalecendo a participação das comissões próprias de avaliação bem como a aplicação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a qualificação e a dedicação do corpo docente;
- promover a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), integrando-os às demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias para conduzir o processo pedagógico, combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico-raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência (BRASIL, 2014).

É conveniente considerar que os mecanismos avaliativos criados pelos órgãos reguladores possuíam motivações distintas. Cada mecanismo avaliativo se originou com propósitos e em contextos diferentes, em face da mudança de cenário, exigindo do Estado uma postura mais assertiva e regulamentadora nos métodos e critérios de avaliação do ensino superior (SILVA, 2010).

Com efeito, a responsabilidade pela implementação da avaliação na educação superior vem ocorrendo por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), instituído por meio da Lei nº 10.861/2004 cuja procedência decorre do artigo 9º (inciso VI, VIII e IX), da LDB. O Sinaes tem como objetivo assegurar o processo nacional de avaliação

das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. No corpo desta lei, é importante destacar o caráter social das instituições da educação superior, sobretudo, no que se refere a sua responsabilidade pela prestação de contas de seu trabalho à sociedade. Este princípio está explícito principalmente no §1º, art. 1º, da Lei nº 10.861/2004 e no art. 1º da Portaria nº 2.051/2004, que tratam das finalidades do Sinaes:

> O Sinaes tem por finalidade a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (BRASIL, 2008a, p. 145).

De outra parte, é importante realçar que os resultados da avaliação constituirão o referencial básico dos processos de regulação como também da supervisão da educação superior. O processo de regulação envolve o credenciamento e a renovação de credenciamento, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação (BRASIL, 2008a, p. 136).

Tanto Dias Sobrinho (2003) quanto Cunha (2004) compreendem a importância da avaliação como mecanismo de regulação da qualidade da educação, no entanto, ambos afirmam que deve haver uma articulação entre a regulação e a avaliação educativa e emancipatória. Além de haver um equilíbrio entre as duas funções avaliativas, como sugere Cunha, os objetivos devem ser estritamente educativos, como assevera Sobrinho. A seguir, destacaremos aqueles que são considerados como pilares do Sinaes, a saber:

- avaliação das instituições de educação superior que, conforme o art. 3º, "terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais";
- avaliação dos cursos de graduação que, de acordo com o art. 4º, tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial, as relativas ao perfil do corpo docente, instalações físicas e organização didático-pedagógica; e
- avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação que, segundo o art. 5º, será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (BRASIL 2004).

Quanto às sanções, o art. 10, §2º, da Lei do Sinaes − Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 − estabelece que, para as instituições que apresentarem resultados pouco satisfatórios

na avaliação institucional e de cursos promovida pelo Mec/Inep, será celebrado um Protocolo de Compromisso a ser firmado entre a instituição de educação superior (IES) e o Ministério da Educação (MEC) definindo prazos e metas a serem atendidas. Somente após o não cumprimento deste compromisso firmado é que as instituições serão penalizadas.

A avaliação conduzida pelas Comissões Externas de Avaliação de Cursos e Comissões Externas de Avaliação Institucional, conforme assegura o art. 2°, inciso I, da Lei do Sinaes, tem como um de seus objetivos, colher informações sobre os cursos e as instituições. Desta forma, a partir da implantação do Sinaes, o Estado buscou recuperar seu efetivo papel regulatório, ao estabelecer regras claras na regulação do ensino superior no Brasil tendo como base o rigor da avaliação da qualidade da instituição e seus cursos.

O Sinaes pode se constituir como um instrumento de aprofundamento da educação na instituição, de modo a valorizar "os esforços institucionais no sentido do cumprimento científico e socialmente relevante dos processos de construção de conhecimentos e de formação de sujeitos com autonomia epistêmica, ética, social e política" (DIAS SOBRINHO, 2008, p. 825).

Polidori, Araujo e Barreyro afirmam que é fundamental que o Sistema permita que as IES desenvolvam a sua gestão com base nas informações advindas deste processo de avaliação e que, em última instância, os resultados produzidos venham a se constituir como "mecanismos para enriquecer o planejamento das IES e subsidiar a construção de políticas internas de desenvolvimento de oferta do ensino superior de qualidade, além de subsidiar políticas públicas educativas" (2006, p. 431).

Diante deste cenário e da necessidade de gerar informações para responder às demandas internas e externas da Instituição, fomos motivados pela necessidade de sistematizar os dados e organizar as diversas informações de diferentes sistemas que a Uneb possui. No decorrer deste processo nos deparamos com a necessidade de criar uma fonte de consulta única a fim de disseminar informações acadêmicas e atender as demandas internas e externas com a maior fidedignidade de informações possível.

De modo complementar, tais informações passaram a representar um elemento necessário para subsidiar a formulação, monitoramento e avaliação das políticas da universidade, bem como um rico campo para estudos e pesquisas. Os resultados organizados subsidiam o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), seja no cálculo dos indicadores de Conceito Preliminar de Curso (CPC) ou do Índice Geral de Cursos (IGC), isto é, através do censo da educação superior no fornecimento de informações, como número de vagas novas ofertadas, de ingressantes, de concluintes, entre outras.

3 INDICADORES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Sobre os principais indicadores de qualidade da educação superior utilizados pelos órgãos oficiais para avaliação da educação superior, nossa ênfase de abordagem incide sobre o Conceito Preliminar de Curso (CPC), o Índice Geral de Cursos (IGC) e o Conceito Enade. Vale ressaltar que tais indicadores e índices bem como todos os componentes que integram o CPC estão disponibilizados no Portal de Avaliação e Gestão Acadêmica.

Cumpre relembrar que a definição e a análise dos índices e indicadores aqui mencionados estão sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão vinculado ao Ministério da Educação (Mec). Cabe salientar que este Instituto possui a Diretoria de Avaliação da Educação Superior (Daes) e a Coordenação Geral de Avaliação dos Cursos de Graduação (CGACGIES), por meio das quais se concebe, planeja, coordena e operacionaliza a avaliação da educação superior no Brasil.

No que se refere à competência para calcular tais indicadores, a Portaria do MEC, nº 19 de 13 de dezembro de 2017, em seu art. 57, indica que o Inep é responsável por calcular e divulgar os indicadores de qualidade da educação superior. De maneira complementar, a mesma Portaria, no seu art. 56, estabelece que, para o cálculo desses indicadores, serão utilizadas informações provenientes das bases de dados do Inep e de outras (ex. plataforma Sucupira) que possam ser agregadas e subsidiar as políticas públicas voltadas para o setor. Tais indicadores educacionais ajudam a formular, implementar, monitorar e avaliar políticas educacionais no Governo Federal e nos governos estaduais. Com efeito, dentre os principais processos de avaliação externa aos quais as IES estão submetidas, encontram-se o censo da educação superior e o Enade. A partir desses processos, são extraídos insumos que se constituem como elementos para cálculos de índices, conceitos e indicadores oficiais da educação superior.

A partir do Quadro 1, a seguir, podemos observar os principais indicadores de qualidade calculados pelo Inep, segundo metodologia própria aprovada pelo Conaes e atendidos os parâmetros da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (BRASIL, 2004).

Quadro 1 – Itens dos indicadores de qualidade da educação superior

INDICADOR	DESCRIÇÃO
Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC)	Indicador que avalia a qualidade das instituições de educação superior
Conceito Preliminar de Curso (CPC)	Indicador que avalia a qualidade dos cursos superiores
Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD)	Indicador de qualidade que busca mensurar o valor agregado pelo curso ao desenvolvimento dos estudantes concluintes, considerando seus desempenhos no Enade e no Enem, como medida proxy (aproximação) das suas características de desenvolvimento ao ingressar no curso de graduação avaliado
Conceito Enade	Indicador de qualidade que avalia o desempenho dos estudantes a partir dos resultados obtidos na aplicação do exame

Fonte: Elaboração própria segundo dados do INEP

Os indicadores de qualidade são expressos em escala contínua e em cinco níveis: os níveis iguais ou superiores a 3 indicam qualidade satisfatória. Esses indicadores servem como norteadores das avaliações *in loco* do ciclo avaliativo[7]. Por outro lado, os níveis iguais ou inferiores a 2 são considerados insatisfatórios e podem receber sanções do Mec. Entre as sanções, incluem-se o impedimento de abertura de novas vagas ou o fechamento de parcerias com o Programa Universidade para Todos (ProUni) ou o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) que são programas de incentivos fiscais destinados a alunos matriculados em cursos de graduação de instituições de ensino superior privadas.

3.1 CONCEITO PRELIMINAR DE CURSO (CPC)

O Conceito Preliminar de Curso (CPC) foi instituído pela Portaria nº 4, de 5 de agosto de 2008 para se constituir como um indicador prévio de qualidade dos cursos de graduação. Este indicador é aferido antes da avaliação *in loco* destinada à renovação de reconhecimento de curso. Conforme o artigo 33-A da Portaria Normativa nº 40 publicada em 2010, o CPC tem o objetivo de subsidiar a avaliação de cursos já inseridos no ciclo avaliativo, de forma a orientar a continuidade dos processos (BRASIL, 2010).

Para o cálculo do CPC, são utilizados oito componentes oriundos tanto do censo quanto do Enade. O cálculo do CPC, realizado por código de curso, leva em consideração as seguintes informações:

[7] O ciclo avaliativo compreende a realização periódica de avaliação de instituições e cursos superiores, com referência nas avaliações trienais de desempenho de estudantes, as quais subsidiam, respectivamente, os atos de recredenciamento e de renovação de reconhecimento. (Art. 33. Portaria nº 40/2007, republicada em 29 de dezembro de 2010.

1. nota dos estudantes concluintes no Enade;
2. nota do Indicador de Diferença entre o Desempenho Observado e Esperado;
3. número e proporção de professores mestres;
4. número e proporção de professores doutores;
5. número e proporção de professores em regime de trabalho parcial ou integral;
6. média das questões do Questionário do Estudante (organização didático-pedagógica);
7. média das questões do Questionário do Estudante (infraestrutura e instalações físicas); e
8. média das questões do Questionário do Estudante (oportunidade de ampliação da formação acadêmica e profissional): Inep, Nota Técnica nº 38 (BRASIL, 2017).

Tais componentes são agrupados em quatro dimensões de avaliação da qualidade dos cursos de graduação que são:

1. Desempenho dos Estudantes: mensurado a partir das notas dos estudantes concluintes no Enade e dos valores do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD);
2. Valor Agregado pelo Processo Formativo Oferecido pelo Curso: mensurado a partir dos valores do Indicador de Diferença entre os desempenhos Observado e Esperado (IDD);
3. Corpo Docente: baseado em informações obtidas a partir do censo da educação superior sobre a titulação e regime de trabalho dos docentes vinculados aos cursos avaliados; e
4. Percepção Discente sobre as Condições do Processo Formativo: obtida por meio do levantamento de informações relativas a organização didático-pedagógica, infraestrutura e instalações físicas e às oportunidades de ampliação da formação acadêmica e profissional a partir das respostas obtidas com a aplicação do Questionário Socioeconômico do Enade.

Vale observar um aspecto importante na avaliação da qualidade de um curso de graduação, o valor agregado pelo processo formativo oferecido pelo curso de graduação, que se constitui na mensuração de sua efetiva contribuição para o desenvolvimento de competências, habilidades e conhecimento dos estudantes.

Nesse sentido, o Indicador da Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) busca aferir aquilo que diz respeito, especificamente, ao valor agregado pelo curso ao desenvolvimento dos estudantes concluintes, considerando seu desempenho no Enade e suas características de desenvolvimento ao ingressar no curso de graduação avaliado.

A seguir, podemos observar, no Quadro 2, a distribuição dos componentes que integram o CPC com os respectivos pesos para o cálculo deste conceito. Podemos, ainda, identificar o processo utilizado para a coleta dos insumos que servem como subsídios para o cálculo do CPC e dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior.

Quadro 2 – Composição do CPC e pesos das suas dimensões e componentes

DIMENSÃO	**COMPONENTES**	**PESOS**		**INSTRUMENTO**
Desempenho dos Estudantes	Nota dos Concluintes no ENADE (NC)	20,0%	55%	ENADE
Valor agregado pelo processo formativo oferecido pelo curso	Nota do indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (NIDD)	35,0%		
Corpo Docente	Nota de Proporção de Mestres (NM)	7,5%	30%	CENSO
	Nota de Proporção de Doutores (ND)	15,0%		
	Nota de Regime de Trabalho (NR)	7,5%		
Percepção Discente sobre as Condições do Processo Formativo	Nota referente à organização didático-pedagógica (NO)	7,5%	15%	Questionário do estudante ENADE
	Nota referente a infraestrutura e instalações físicas (NF)	5,0%		
	Nota referente às oportunidades de ampliação da formação acadêmica e profissional (NA)	2,5%		

Fonte: Elaboração própria

Cabe destacar que 55% dos componentes do CPC são decorrentes da prova do Enade, 30% das informações prestadas ao censo da educação superior e os 15% restantes são coletados a partir do questionário que o estudante responde ao fazer a prova do Enade.

3.2 ÍNDICE GERAL DE CURSOS (IGC)

O Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), instituído pela Portaria nº 12, de 5 de setembro de 2008, é um indicador de qualidade que avalia as Instituições de Educação Superior. Seu cálculo nada mais é do que uma média ponderada que envolve as notas dos cursos de graduação (CPC) e os Conceitos Capes dos cursos de programa de pós-graduação *stricto sensu* das IES.

Para a pós-graduação, são consideradas as avaliações dos cursos de Mestrado e Doutorado Acadêmicos e Profissionais realizadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa do Nível Superior (Capes). A ponderação da média é feita a partir do número de matrículas nos referidos cursos.

O IGC, portanto, é calculado exclusivamente para cada IES, a partir das médias das notas da graduação e dos conceitos da pós-graduação *stricto sensu*, ou seja, para o cálculo deste índice são levados em consideração o CPC dos cursos de graduação e o conceito Capes da pós-graduação *stricto sensu*. Este cálculo é realizado anualmente e leva em conta as seguintes informações:

1. média do CPC do último triênio relativo aos cursos avaliados da instituição;
2. número de matrículas nos cursos de graduação (estudantes cursando ou formandos no ano de referência do CPC);
3. conceitos dos cursos de Mestrado e Doutorado atribuídos pela Capes na última avaliação, conforme base de dados encaminhada pela Capes ao Inep e convertida para escala compatível; e
4. número de matrículas nos cursos de Mestrado e Doutorado (estudantes matriculados e titulados), conforme base de dados encaminhada pela Capes ao Inep. Inep, Nota Técnica nº 39 (BRASIL, 2017)

Como o IGC considera o CPC dos cursos avaliados no ano do cálculo e nos dois anos anteriores, sua divulgação se refere sempre a um triênio, compreendendo todas as áreas avaliadas previstas no Ciclo Avaliativo do Enade. O Índice Geral de Cursos (IGC) para IES é calculado, também, em uma escala de um a cinco.

3.3 CONCEITO ENADE

O Enade é um dos pilares da avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (BRASIL, 2004). O Sinaes é composto, ainda, pelos processos de Avaliação de Cursos de Graduação e de Avaliação Institucional que, junto com o Enade, formam um "tripé" avaliativo que permite conhecer em profundidade o modo de funcionamento e a qualidade dos cursos e instituições de educação superior de todo o Brasil.

O Enade integra o Sinaes e tem como objetivo geral avaliar o desempenho dos estudantes em relação a conteúdos programáticos, habilidades e competências para a atuação profissional e conhecimentos sobre a realidade brasileira e mundial bem como sobre outras áreas do conhecimento.

Devido ao tamanho das populações envolvidas e à enorme variedade de cursos avaliados, todo o sistema opera em um período de três anos − ciclo rotativo −, ou seja: todos os cursos são agrupados em três grandes áreas e cada grupo de cursos é avaliado a cada três anos.

Um ciclo de avaliação é, portanto, completado a cada três anos, quando todos os cursos de cada instituição passaram por todo o sistema de avaliação.

A realização do exame consiste na aplicação de uma prova obrigatória para todos os estudantes com expectativa de conclusão do curso em IES de todo o Brasil, ou seja, relativo aos cursos de bacharelado e licenciatura. O exame é obrigatório para os discentes que tenham cumprido 80% ou mais da carga horária mínima do currículo do curso. Já para os cursos superiores de Tecnologia, a obrigatoriedade de realização do exame é para os estudantes que tenham cumprido 75% da carga horária mínima do currículo do curso.

Os cursos são agrupados em três áreas representativas e, a cada ano, um grupo é avaliado, o que significa que o exame é aplicado anualmente, porém, cada curso é avaliado a cada três anos. O agrupamento é feito da seguinte forma:

- Saúde, Ciências Agrárias e áreas afins;
- Ciências Exatas, licenciaturas e áreas afins; e
- Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas.

O processo avaliativo do Enade é constituído por dois instrumentos que auxiliam na avaliação da qualidade da educação superior e na busca por subsídios para políticas de melhoria, a saber: a prova e o questionário do estudante. O Cálculo do Conceito Enade, realizado por código de curso, leva em consideração as seguintes informações:

1. o número de estudantes concluintes participantes;
2. o desempenho dos estudantes concluintes na parte de Formação Geral (FG) do exame; e
3. o desempenho dos estudantes concluintes na parte de Componente Específico (CE) do exame.

De forma geral, o Enade propõe avaliar habilidades acadêmicas e profissionais, competências constituídas por dois componentes: Formação Geral (FG) e Conhecimento Específico (CE). O CE visa medir o domínio de conhecimento especificamente relacionado às carreiras, enquanto o FG é comum a todas as carreiras e visa avaliar o conhecimento geral sobre as realidades brasileiras e mundiais e outras áreas do conhecimento, investigando o perfil de um profissional ético envolvido com a sociedade em que vive.

O outro instrumento que auxilia na avaliação da qualidade da educação superior é o questionário do estudante que também é um mecanismo de coleta de informações do Enade, de caráter obrigatório. Este questionário constitui um instrumento importante para compor o perfil socioeconômico e acadêmico dos participantes do Enade e uma oportunidade para avaliar diversos aspectos do seu curso e formação. Sua contribuição é extremamente relevante para o

melhor conhecimento de como se constrói a qualidade da educação superior no país. As respostas às questões são analisadas em conjunto, preservando-se o sigilo quanto à identidade dos participantes.

Assim, os resultados do Enade constituem insumos fundamentais para o cálculo dos indicadores de qualidade da educação superior brasileira − Conceito Enade, Conceito Preliminar de Curso (CPC) e Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) − indicadores que têm importantes repercussões para o desenvolvimento dos cursos e das instituições de educação superior (IES), pois, a partir da sua divulgação, o diploma conferido por um curso com bom desempenho pode ser mais prestigiado e valorizado.

O Enade se mostra relevante na medida em que avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, habilidades e competências adquiridas em sua formação. O objetivo principal deste Exame consiste em analisar as mudanças e os ganhos dos alunos ao longo de sua trajetória na instituição educacional superior, avaliando o potencial de aprendizagem do primeiro ano e as competências adquiridas no último ano. Compõe-se de um instrumento de avaliação a nível nacional e um programa de estudos obrigatório. Nesse contexto, os indicadores fazem parte da gama de avaliações provenientes do Mec. (BRASIL, 2004, 2005).

Cabe salientar que as universidades estaduais estão diretamente imbricadas nesses processos de avaliação, embora, sejam reguladas por órgãos integrantes dos sistemas de educação estaduais, conforme veremos a seguir. O inciso IV, da Lei nº 10.861 (Sinaes), aponta para a necessidade da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), órgão responsável pela coordenação e supervisão do Sinaes, estabelecer articulação com os sistemas estaduais de ensino, visando definir ações e critérios comuns de avaliação e supervisão (BRASIL, 2004).

4 BREVE CONSIDERAÇÃO SOBRE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA BAHIA

No âmbito estadual, a Constituição do Estado da Bahia (CEB) estabelece, em seu art. 249, que a gestão do ensino público seja exercida de forma democrática, garantindo-se a representação de todos os segmentos envolvidos na ação educativa na concepção, execução, controle e avaliação dos processos administrativos e pedagógicos (BAHIA 1996).

Verificamos ainda, de acordo com a CEB, que cabe ao Estado o poder de avaliação e regulação dos cursos sendo o órgão que regula o ensino na Bahia, conforme o §2º, o Conselho Estadual de Educação (CEE) que é designado como órgão representativo da sociedade na gestão democrática do sistema estadual de ensino, com autonomia técnica e funcional e funções deliberativas, normativas, fiscalizadoras e consultivas (BAHIA, 1996).

De maneira geral, as funções de avaliação e regulação das instituições de educação superior dos sistemas estaduais, na maioria dos Estados federativos, são, atualmente, de responsabilidade do CEE. De maneira geral, isso se faz necessário quando pensamos no Sistema Nacional de Avaliação que requer um amplo acordo entre os sistemas de ensino federal e dos Estados para que, efetivamente, se articule, em plano nacional, a regulação e a avaliação da educação superior. Desta forma, entendemos que o Sistema Estadual de Ensino, acompanhado pelo CEE, tem autonomia para gerir os diversos níveis da educação do Estado, inclusive o superior.

De maneira complementar, conforme regimento do CEE, aprovado através do Decreto nº 7.532, de 19 de fevereiro de 1999, do Governo do Estado da Bahia, compete ao CEE exercer funções normativas, deliberativas, fiscalizadoras, consultivas e de controle de qualidade dos serviços educacionais, nos termos da Constituição do Estado da Bahia.

A supervisão e regulação do ensino superior no Estado, de acordo com o regimento do CEE, é de sua atribuição, conforme o seu art. 2 que rege sobre as competências do CEE, dentre as quais o inciso III incumbe ao CEE autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar os cursos e as instituições de educação superior, mantidos pelo Estado da Bahia ou por seus municípios. O art. 3º, que apresenta as competências relativas à Educação Superior, no inciso III, o responsabiliza por autorizar, reconhecer, supervisionar e avaliar os cursos das instituições de educação superior, inclusive fora de sede, respeitada a autonomia universitária.

O Regimento do CEE, §2 do art. 2, delibera, para a educação superior, que a autorização de funcionamento, credenciamento e recredenciamento de universidades bem como o reconhecimento de cursos e habilitações e a autorização prévia de cursos oferecidos serão

tornadas efetivas mediante ato específico do Poder Executivo Estadual. Vale ressaltar que a avaliação se apresenta, também, como uma função reguladora, subsidiando o CEE na sua responsabilidade constitucional de regular o Sistema Estadual de Ensino.

Respaldado na Resolução nº 51, de 19 de abril de 2010, o Conselho Estadual de Educação do Estado da Bahia, adotou o Sinaes como modelo de avaliação a ser seguido pelas IES públicas do Estado da Bahia (BAHIA, 2010). Do nosso ponto de vista, essa Resolução, sugere a necessidade de promover uma articulação entre sistemas de avaliação, na medida em que os dados utilizados na avaliação servirão como insumos para a regulação.

De acordo com Silva (2011), atualmente, a avaliação institucional é a referência básica para as atividades de supervisão e regulação do Estado e as informações geradas no processo se tornaram determinantes para verificar a "saúde" acadêmica e administrativa das instituições.

A avaliação institucional é um importante mecanismo de produção de conhecimento e de juízos de valor sobre a própria universidade. Para além dos conhecimentos particulares e dispersos e das críticas pontuais, ela conduz à sistematização e à coerência dos estudos, análises e apreciações avaliativas relativas à instituição. Ao exercer ação avaliativa interna e externa, a avaliação articula teoria e prática realimentando as dimensões científicas e pedagógicas que dão consistência à universidade (DIAS SOBRINHO, 1995, p. 64).

No caso da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), *locus* desta pesquisa, o art. 32 do seu Regimento Interno[8] dispõe que o controle e a avaliação das ações relacionadas com o ensino de graduação e dos cursos sequenciais de oferta regular e especial e nas modalidades presencial e a distância, são de responsabilidades da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (Prograd) não obstante o art. 35 atribua, de maneira geral, as mesmas responsabilidades à Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação (PPG), entretanto, nas ações relacionadas a pesquisa, inovação e ao ensino de pós-graduação.

Compreendemos, de maneira geral, que esses dois artigos do Regimento Geral desta Universidade, versam sobre as responsabilidades dessas duas Pró-Reitorias no que tange ao controle e avaliação das ações relacionadas aos diversos níveis de cursos que a Universidade dispõe. Se, por um lado, a Prograd, juntamente com os colegiados de curso, é responsável pela avaliação e acompanhamento do funcionamento dos cursos da Universidade, por outro, a PPG, juntamente com seus departamentos, tem a mesma responsabilidade sobre os programas de pós-graduação *stricto sensu*.

---

[8] Aprovado pela Resolução do Conselho Universitário (CONSU) nº 864/2011 e homologada pelo Decreto Estadual nº 13.664, de 07 fevereiro de 2012.

Entendemos que a predominância dos processos avaliativos na educação superior tem grande impacto na gestão desse nível de ensino, pois, ao tempo em que as IES precisam se adequar e atender às novas normas e diretrizes regulatórias e avaliativas, seus resultados possibilitam a formulação de diretrizes para as políticas públicas voltadas para a educação superior, sobretudo aquelas destinadas à melhoria da qualidade das IES.

Na medida em que se busca alcançar um equilíbrio para ambos, ou seja, diretrizes regulatórias e avaliativas, deseja-se produzir resultados satisfatórios concernentes aos processos de avaliação. Com efeito, os processos avaliativos em organizações com estrutura organizacional complexa, a exemplo das universidades, torna-se algo que requer muita clareza no tocante a como proceder e ao que se deseja alcançar. Sobre a complexidade das organizações universitárias, Miguel Zabalza (2004, p. 69) observa: "ninguém pode entender com clareza o que ocorre nas universidades e, menos ainda, pode pretender fazer propostas válidas para seu aprimoramento sem considerar como estão organizadas e como funcionam".

Em relação às universidades públicas estaduais, Carneiro e Novaes (2014, p. 2) consideram que existe um nível de complexidade que envolve a relação entre a universidade, o Estado e a sociedade. Isto é, a universidade se coloca em uma condição que reflete relativos graus de autonomia, ou dependência, e que repercutem na margem para atuação da sua gestão.

De maneira complementar, a estrutura organizacional da Uneb possui características próprias e considerável complexidade organizacional devido a sua estrutura *multicampi*. Em linhas gerais, atualmente, a Universidade é composta por, aproximadamente, 180 gestores dentre os quais 29 diretores de departamentos, 9 Pró-Reitores, 6 Assessores Especiais, 5 Secretários Especiais e 132 Coordenadores de Colegiado de Cursos.

Na visão de Carneiro e Novaes (2014, p. 9), a expansão da Uneb vem se refletindo em desafios tanto para a estrutura organizacional quanto para a gestão o que torna mais complexas as necessidades por informações e processos avaliativos.

> [...] à medida que se diversifica e se amplia a oferta de cursos e programas, surgem novas necessidades de infraestrutura, de estrutura administrativa e de pessoal. Criam-se, então, novas funções e setores com demandas específicas de articulação em relação aos setores mais tradicionais da Universidade. Em consequência se estabelecem novas instâncias de decisão, tornando mais complexas as necessidades de informação e os processos avaliativos (CARNEIRO; NOVAES, 2014, p. 9).

Carneiro e Novaes (2014, p. 6) ainda afirmam que, dentre os dilemas da Instituição, inclui-se o desafio de organizar uma base de dados confiável a partir da qual a gestão

universitária possa desenvolver processos de avaliação de modo a balizar a tomada de decisão tornando-se, com isto, capaz de responder de maneira satisfatória às demandas às quais a Universidade se encontra subordinada.

5 DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES, TOMADA DE DECISÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Nos últimos anos, a informação é reconhecida pelas empresas como um dos mais respeitáveis recursos estratégicos que precisam de gerenciamento (WEILL; ROSS, 2004). Associado à importância da informação no fornecimento do serviço, o aspecto regulatório demanda o emprego de mecanismos de gerenciamento cada vez mais complexos.

A informação transmitida e disseminada adequadamente pode ser considerada um fator de democratização. Considera-se que as pessoas sem acesso a informação possuem menor preparo e esclarecimento para tomar decisões, não são motivadas, politizadas ou intelectualmente desenvolvidas para a ação decisória. De acordo com Miranda:

> [...] informação e conhecimento parecem as chaves do novo paradigma, informação como instrumento para reduzir as incertezas e orientar às tomadas de decisão e, em sentido mais amplo, o conhecimento como o conjunto (em expansão contínua) de capacidades e saberes adequados para o desenvolvimento da organização em uma sociedade em transformação permanente (1993, p. 227).

A disseminação da informação tem papel importante na construção do conhecimento e na formação da cidadania nessa sociedade que é um novo ambiente global baseado em comunicação, informação, conhecimento e aprendizagem (OLIVEIRA, 2000, p. 1). Barros (2003, p. 41) afirma que "disseminar significa, em alguma medida, divulgar, difundir, propagar, mediante condições e recursos de que se cerca o agente", elementos essenciais nos processos de avaliação.

De acordo com Carvalho, a disseminação decorre:

> [...] do latim *disseminatore*, quer dizer – ato ou efeito de disseminar e dispersão, difusão, distribuição, vulgarização, entre outras denominações. Visa a organização de um sistema corrente de informação. Trata-se de um processo que reúne pessoas e serviços, o autor da informação, os pesquisadores em busca da informação, os indexadores, os serviços de divulgação, o fornecimento dos documentos e o usuário (2003, p. 11).

Pela disseminação, buscamos oferecer não só informações úteis, mas o conceito de utilidade que nem sempre é bem definido. Não existe um conceito único de informação, variando a sua concepção de acordo com os aspectos selecionados. Em uma abordagem pragmática, a informação pode ser entendida como:

a) processo: que se relaciona à alteração de um estado de conhecimento;

b) conhecimento: o que é comunicado, o que concerne a algum fato, evento ou assunto particular, o que reduz, ou aumenta, a incerteza; e "coisa": atributo de objetos – documentos ou dados referidos como informação por serem considerados "informativos" (BUCKLAND, 1991).

De acordo com Barros (2003, p. 53), "o processo de disseminar informações envolve dois aspectos fundamentais: o pressuposto de que há informações a serem disseminadas e que o próprio processo envolve estratégias e técnicas de comunicação".

No que tange ao campo educacional, sobretudo em processos que envolvem a avaliação, entendemos que a informação é insumo essencial para a atuação do ser humano no ambiente que o cerca. De acordo com Marcovitch, "a informação permeia as ações da universidade. É o objetivo final da pesquisa e o que efetivamente se transmite nas atividades de ensino e extensão". Observa, ainda, que se reveste de grande desafio "preparar nossos quadros de referência para lidar com essa quantidade de informações e saber selecionar o que precisamos, dentro da extraordinária disponibilidade existente" (1998, p. 143-144).

Atualmente, as instituições, independentemente do seu porte, necessitam de informação para reagir perante um ambiente de constantes mudanças e os problemas nesses ambientes. A disseminação de informações, portanto, assume um papel de grande relevância no sentido de subsidiar os gestores com informações para a tomada de decisão, razão pela qual a gestão da informação evoluiu rapidamente e passou a ser uma atividade estratégica utilizada por várias organizações.

5.1 QUALIDADE DA INFORMAÇÃO

No ambiente de mudanças em que estamos atualmente inseridos, em que muitas informações são disponibilizadas a todo instante, de forma célere, a informação se torna um elemento crucialmente vital, mas não é apenas a quantidade e a abrangência dessas informações que são importantes: cabe ressaltar a importância da qualidade e da confiabilidade dessas informações. A facilidade de acesso a redes e bancos de dados coloca ao alcance de todos uma quantidade de informações cuja absorção total é inviável. Assim, limitar-se a obter grande quantidade de informações não é mais o que se objetiva; a maior importância agora é dada à informação qualificada de acordo com o interesse da instituição.

A falta da informação qualificada em uma organização pode implicar negativamente em perdas de recursos financeiros, de tempo e de oportunidades, devendo ser

diagnosticada e implementados esforços para a sua solução. Informações com múltiplas origens, utilização de julgamentos subjetivos, sistemáticos erros na produção da informação além do seu armazenamento em grande quantidade são alguns dos fatores que influenciam a qualidade da informação (STRONG; LEE; WANG, 1997). Quando falamos em qualidade de informações é essencial que sejam estabelecidas formas de acompanhamento dos registros de dados e informações.

De maneira complementar, Oliveira (2001, p. 37) afirma que a informação é o produto da análise dos dados existentes na empresa que devem ser devidamente registrados, classificados, organizados, relacionados e interpretados em um determinado contexto, para transmitir conhecimento e permitir a tomada de decisão de forma otimizada.

Os dados, atualmente, são considerados matéria-prima das instituições, pois, através deles, obtemos informações confiáveis, relevantes, objetivas e geradas em tempo hábil o que viabiliza a tomada de decisão segura. Cautela e Polloni (1986) reforçam a premissa de que o principal objetivo da obtenção de informação é subsidiar a tomada de decisão.

Cabe salientar que a tomada de decisão se apresenta vinculada à produção e à geração de informações confiáveis. Oliveira (2007), por exemplo, afirma que a informação auxilia o processo decisório e quando devidamente estruturada se torna importante e crucial para as instituições. Entendemos que as informações produzidas de maneiras confiáveis se tornam valiosas e, consequentemente, aumentam a qualidade da decisão. Para Padoveze (2000, p. 44), uma informação valiosa está relacionada com:

> a) A redução da incerteza no processo de tomada de decisão.
> b) A relação do benefício gerado pela informação versus custo de produzi-la.
> c) Aumento da qualidade da decisão.

Não obstante, Pimenta observa que:

> [...] a certeza no processo de tomada de decisão depende da quantidade e do tipo de informação. Quanto mais seguro for o conhecimento das informações, mais fácil e melhor será desenvolvido tal processo. Contudo, a percepção e intavaliaçãoretação de quem decide exercem influência direta na decisão a ser tomada (2007, p. 97).

Tachizawa e Andrade (2006) afirmam que as informações são caracterizadas como um recurso estratégico utilizado para a solução dos problemas decisórios.

Entendemos a importância de disponibilizar informações de forma apropriada e pertinente, caso contrário, a dificuldade de localizar uma informação se torna prejudicial, pois, no atual contexto de dispersão documental movida pela grande quantidade de informação, é necessário saber como e onde localizá-la e direcioná-la de maneira clara, precisa, rápida e satisfatória para o destinatário. Desta forma, é importante organizar a informação de maneira que se possa encontrar com eficiência e eficácia elementos para subsidiar decisões para que venham a ser tomadas com maior grau de segurança e embasamento.

5.2 TOMADA DE DECISÃO NO CONTEXTO DA AVALIAÇÃO

A solução para os problemas e a tomada de decisão ocorre em breves intervalos de tempo. Neste espaço, as alternativas analisadas podem mudar, sendo necessário incluir novos requisitos ou buscar propostas diversificadas. Portanto, analisar informações é um processo irreversível para a tomada de decisão.

Caravantes, Panno e Kloeckner (2005, p. 446) consideram que o conceito de tomada de decisão é "processo de escolher uma dentre um conjunto de opções" e afirmam que compete ao tomador de decisão a obrigação de "[...] reconhecer e diagnosticar a situação, gerar alternativas, avaliar as alternativas, selecionar a melhor alternativa, implementar a alternativa escolhida e avaliar os resultados". Já Certo, afirma que decisão é a escolha feita entre mais de uma alternativa disponível e que "[...] tomada de decisão é o processo de escolha da melhor alternativa" (2005, p. 123) ou da que mais beneficiará a organização.

Para Maximiano, toda tomada de decisão é derivada de uma situação que envolve frustração, interesse, desafio, curiosidade ou irritação: "apresenta-se um obstáculo, ou acontece uma condição que se deve corrigir, ou está ocorrendo um fato que exige algum tipo de ação, ou apresenta-se uma oportunidade que pode ser aproveitada" (2009, p. 58), entretanto, existe um objetivo a ser alcançado.

Para Contandriopoulos (2006, p. 706), a tomada de decisão é uma responsabilidade e uma competência formal do gestor que, além das informações obtidas no processo avaliativo, utiliza o conhecimento pessoal que possui (referências técnicas, políticas, institucionais, sociais, culturais entre outras) ou a percepção que tem do problema, forma uma convicção e toma uma decisão, mobilizando os recursos necessários.

Na perspectiva da associação entre avaliação e tomada de decisão, Ala-Harja e Helgason afirmam que a avaliação "deve ser vista como mecanismo de melhoria no processo de tomada de decisão", com a finalidade de garantir melhores informações, subsidiando-as para

fundamentar as decisões. Os autores ainda consideram que o processo de tomada de decisão não substitui a avaliação, "mas permite que as decisões sejam tomadas de maneira mais consciente". Contudo, observam que é importante que as informações oriundas da avaliação sejam utilizadas em processos de tomada de decisão, "caso contrário, a administração logo perderá o interesse, e a avaliação se tornará um exercício inútil". Por fim, os autores asseguram que "os principais objetivos das avaliações são melhorar o processo de tomada de decisão, a alocação de recursos e a prestação de contas" (2000, p. 5; 10; 25; 53). Dias Sobrinho (2003, p. 22), caracteriza a avaliação como um instrumento de grande utilidade para os dirigentes alertando que o seu processo precisa estar focado em torno da tomada de decisões que se dará a partir da própria avaliação.

A utilização do resultado da avaliação para a gestão e melhoria da instituição se apresenta como uma estratégia para a tomada de decisões. Associada à tomada de decisão a avaliação orienta a gestão institucional e se constitui, conforme pensam Stufflebeam et al., "como o processo de identificar e coletar informações que permitam decidir entre várias alternativas" (1971 apud VIANNA, 1989, p. 21). Adicionalmente, Belloni acredita que, "politicamente, assumir a avaliação implica na decisão da instituição tomar para si a capacidade de intervir no processo" (1996, p. 22) com o objetivo de aperfeiçoar cada vez mais as atividades exercidas.

Entendemos que a avaliação representa um recurso de extrema importância para o gestor de forma a subsidiá-lo para a tomada de decisões, uma vez que é a partir da avaliação que podemos identificar demandas, fragilidades e as potencialidades da instituição. Isto pode proporcionar o suporte e parâmetros para a escolha da melhor decisão a ser tomada contribuindo, consequentemente, para a melhoria da instituição.

No que tange ao cenário das instituições de ensino, Oliveira e Souza (1999) afirmam que os motivos que levam à avaliação das instituições de ensino vão desde a melhoria da utilização dos recursos-fins até a oportunidade de tomar decisões relativas às dimensões administrativas e pedagógicas. Entendemos, com isto, que o processo de avaliação é parte constituinte e indispensável no auxílio à gestão, tornando-se essencial também para a tomada de decisão, garantindo que esta seja mais segura, transparente e possibilitando a participação dos sujeitos implicados nos processos de gestão acadêmica.

Os processos avaliativos podem servir de subsídios para nortear a tomada de decisão. A partir de um processo de avaliação, a melhoria da qualidade da IES pode se apresentar, conforme pensam Bertelli e Eyng (2010, p. 8), quando se busca "objetivos voltados

à melhoria do ensino, bem como do projeto de desenvolvimento institucional, apontando caminhos para a tomada de decisão".

No sentido de obter informações de maneira mais célere e precisa, Bernardes e Abreu afirmam que, em um cenário globalizado "marcado pela exigência de competitividade, agilidade, flexibilidade e qualidade de informação, as organizações têm buscado apoio no uso de sistemas de informações executivas, para tomada de decisões estratégicas" (2004, p. 2).

Esses sistemas, conforme Batista (2004, p. 22), que são destinados a coleta, armazenagem, recuperação e processamento das informações, serão utilizados por um ou mais executivos no desempenho de suas atividades. Os processos de transformação de dados em informações são utilizados na estrutura decisória da empresa bem como proporcionam a sustentação administrativa para otimizar os resultados esperados.

De maneira complementar, Ataíde destaca "o uso adequado da informação como insumo para tomada de decisões e a utilização de modernas tecnologias de informação para permitir o acesso mais rápido no sentido de possibilitar que os dados sejam empregados no momento oportuno" (1997, p. 269), satisfazendo a necessidade informacional de maneira rápida, precisa e clara. Isto implica em tomar como base os meios de informação a serem utilizados para se atingir os objetivos dentre os quais estão as tecnologias da informação e da comunicação mais atuais (*Internet*, *softwares*, base de dados, etc.). Desta forma, utilizamos a tecnologia da informação como uma aliada para a criação de um *software* para a integração das bases de dados com a finalidade de reunir informações fidedignas no intuito de disseminá-las e, consequentemente, subsidiar os gestores na tomada de decisão.

Com isso, entendemos que a tomada de decisão se insere neste trabalho visto que o que se vai fazer com os resultados da avaliação, quais soluções ou alternativas podem ser buscadas, onde é preciso reformular a prática para que os resultados sejam mais eficientes e superem as expectativas formadas são ações de um gestor que envolvem decisões.

5.3 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA PERSPECTIVA DE AUXILIAR A DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES SUBSIDIANDO A TOMADA DE DECISÃO

O avanço das novas tecnologias permite que volumes sempre maiores de informações circulem de maneira cada vez mais rápida. Tanto as organizações quanto os indivíduos passaram a contar com um grande fluxo de informação que precisa ser bem administrado e organizado para que seja transformado em conhecimento. Não basta, portanto, dispor da informação, é preciso saber organizá-la e utilizá-la da melhor maneira possível.

Para Cianconi (1997), a informação passou a ser vista como produto a partir da década de 70 e data desta época o surgimento das bases de dados *on-line*, o que pode ser considerado como início da indústria da informação. Segundo a autora, esta indústria se faz a partir das contribuições do campo da Ciência da Computação e do desenvolvimento que trata da aplicação dos recursos de computação à Ciência da Informação que, por sua vez, trata do uso e da disseminação da informação e do conhecimento.

Assim, graças às novas tecnologias, a tecnologia da informação fornece um suporte à disseminação das informações de maneira mais ágil e rápida. Em um momento em que essas tecnologias se impõem, é preciso, antes de tudo, conhecer a estrutura da informação com suas fontes geradoras para, então, planejar novos serviços, promover alterações, suprimir, adequar, avaliar, reavaliar, orientar e decidir.

As inovações tecnológicas surgiram como variáveis decisivas para alcançar e sustentar as vantagens relativas à disseminação da informação, sendo já inegável a contribuição das novas tecnologias para o tratamento da quantidade de informação que é gerada atualmente, trazendo a possibilidade de acesso virtual a todo tipo de informação, pois, através dos microcomputadores, *tablets*, *smartsphones* e da *internet*, qualquer pessoa pode ter acesso à informação de que necessita a qualquer momento.

Por sua vez, a possibilidade de acessar a informação, a partir de todo e qualquer computador pessoal, revolucionou a relação entre os usuários e a informação, permitindo cada vez mais, novas e criativas maneiras de utilizá-las. As tecnologias de informação estão definindo novos caminhos para o trabalho nas instituições e as redes eletrônicas de informação representam um poderoso espaço de atuação onde se produz, se consome e se troca informação a todo instante.

Para Costa (1995, p. 4), as "tecnologias de informação podem ser definidas como o conjunto de técnicas, equipamentos e processos necessários ao tratamento e processamento da informação". Entendemos com isto que as questões relacionadas com o processamento, armazenamento e a transmissão de informação têm elevado o uso da aplicação de tecnologias de informação. Com base nesses princípios, pode-se afirmar que as novas tecnologias da informação são ferramentas imprescindíveis para criar novos mecanismos, sistematizar, organizar e disseminar informações precisas e de qualidade.

Quanto aos consumidores, com a adoção das novas tecnologias na área da informação estes se tornaram mais exigentes no que diz respeito à recuperação da informação especializada das bases de dados através de uma estrutura adequada de busca (CUENCA; ALVAREZ; ABDALA, 1996).

Para Rowley (1994, p. 66), base de dados é definida como sendo "uma coleção de registros similares entre si e que contém determinadas relações entre esses registros. Um sistema de base de dados pode abranger várias bases interligadas".

Com outro conceito, Santos e Ribeiro, definem base de dados como:

> [...] cadastro de dados armazenados em meio magnético estruturado com seus respectivos dicionários, campos recuperáveis e formatos de saída predefinidos, apoiando em *software* de um sistema de computador [...] Informações ou arquivos guardados em um computador para recuperação e uso. [...] Todas as bases de dados contém informações arranjadas em elementos distintos para tornar mais fácil encontrar e manipular os dados, comumente chamados de registros, citações ou documentos, dependendo de seu formato (2003, p. 26).

Assim, a tecnologia da informação criou instrumentos que facilitam o contato e aceleram o processo de disseminação de informações. Entretanto, o volume de dados que nos sobrecarrega todos os dias impõe a necessidade de organizá-los, selecioná-los e torná-los mais úteis e apropriados para serem transformados em conhecimento através dos sistemas de informação.

Um dos maiores objetivos dos sistemas de informações consiste em apoiar os processos de gestão e, dentre eles, a avaliação, na perspectiva de promover a melhoria da qualidade das informações nos processos decisórios. Para Stair (1998), sistema de informação corresponde a processos, rotinas informatizadas, pessoas e recursos computacionais que interagem entre si com o objetivo de coletar, transformar, armazenar e disponibilizar dados e informações. Cautela e Polloni (1986) afirmam ser um conjunto de elementos interdependentes (subsistemas) logicamente associados para que, a partir de sua interação, sejam geradas informações necessárias para a tomada de decisão.

Para Pereira e Fonseca (2009, p. 241), os sistemas de informação têm por finalidade "[...] a captura e/ou a recuperação de dados e sua análise em função de um processo de decisão". De maneira complementar, Oliveira (2007) afirma que os sistemas de informações se constituem como importantes ferramentas para a otimização da comunicação e da tomada de decisão nas instituições.

Segundo Bio, dentre as formas de classificação dos sistemas estão os Sistemas de Apoio à Gestão que "não são orientados para o processamento de transações rotineiras, mas existem especificamente para auxiliar processos decisórios" (1996, p. 35) e têm como finalidade a captura e/ou a recuperação de dados e sua análise em função de um processo de decisão que envolve, de modo geral, o decisor, o contexto, o objetivo da decisão e a estrutura de

apresentação das informações (PEREIRA; FONSECA, 2009, p. 241). Yourdon (1992) relata que esses sistemas não tomam decisões por si sós sendo seu principal objetivo auxiliar as pessoas a tomarem decisões embasadas e bem informadas sobre vários aspectos da organização.

Assim, o principal objetivo desse tipo de Sistema de Informações é disponibilizar informações para a tomada de decisões, ou seja, este é um sistema tipicamente fornecedor de relatórios no qual o usuário solicita, por meio de menus, do uso de comandos, a informação que necessita.

Diante do exposto, os sistemas de apoio à gestão são fundamentais para auxiliar a tomada de decisão dos gestores, ao proporcionarem uma visão mais ampla das atividades da empresa e permitindo rapidez, confiabilidade e segurança para as organizações enfrentarem novos desafios que podem representar a diferença entre o fracasso e o sucesso de uma organização. Assim, os esforços realizados para um gerenciamento eficiente da informação e dos correspondentes Sistemas de Informação são plenamente justificados, sobretudo em se considerando que as informações devem estar cada vez mais integradas, fornecendo um apoio eficiente ao processo de tomada de decisões.

Essa integração está relacionada à utilização de dados existentes em diversos bancos de dados empregados em várias áreas de uma mesma organização com o fim de fornecer uma unificação que possibilite a realização de análises, visando ao processo de tomada de decisões. Dessa forma, o fato de a organização possuir um histórico de dados confiável representa um importante diferencial.

A disseminação de informações rápidas, precisas e, principalmente, úteis para o processo de tomada de decisão garante uma estruturação de gestão diferenciada. Entendemos, nesse contexto, que organizar e disseminar a informação sob a forma estruturada de Sistemas de Informação é uma boa alternativa para auxiliar os gestores da Uneb, *locus* desta pesquisa, na tomada de decisão e no processo de avaliação local.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento desta pesquisa, adotamos a técnica de investigação denominada pesquisa documental que se baseia na observação participante e na análise de informações oriundas de registros com o propósito de compreender um determinado objeto. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas e sem tratamento analítico tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

Para Lüdke e André (1986, p. 38), a pesquisa documental "busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse". De modo análogo, Severino (2007) afirma que, no contexto da realização de uma pesquisa, é a técnica de identificação, levantamento e exploração de documentos fontes do objeto pesquisado que serão utilizados no desenvolvimento do trabalho.

É, portanto, nesta perspectiva que a pesquisa documental comporta a análise de determinada problemática não em sua forma direta, mas na sua forma indireta, através de estudos documentais disponíveis. Analisar documentos implica olhá-los pelo ponto de vista de quem os produziu e isto requer cautela e competência por parte do pesquisador para não comprometer a legitimidade da sua pesquisa. Flores considera que:

> Os documentos são fontes de dados brutos para o investigador e a sua análise implica um conjunto de transformações, operações e verificações realizadas a partir dos mesmos com a finalidade de se lhes ser atribuído um significado relevante em relação a um problema de investigação (apud CALADO; FERREIRA, 2005, p. 3).

Neste estudo, a pesquisa documental se permitiu reunir um conjunto de informações sobre o objeto de investigação que, no nosso entendimento, contribui para a elaboração da questão de pesquisa e a construção da problemática. Assim, foram utilizados, neste trabalho, os seguintes documentos:

- Constituição Federal de 1988;
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB);
- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2024) (BRASIL, 2014);

- Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes (BRASIL, 2004);
- Constituição do Estado da Bahia de 1989;
- Decreto Estadual nº 7.532, de 19 de fevereiro de 1999, que aprovou o Regimento do Conselho Estadual de Educação;
- Resolução nº 51, do Conselho Estadual de Educação, de 19 de abril de 2010, que dispõe sobre o Reconhecimento e a Renovação de Reconhecimento de Cursos Superiores de Instituições Públicas do Sistema Estadual de Ensino (BAHIA, 2010);
- Resolução do Conselho Universitário nº 864/2011, homologada pelo Decreto nº 13.664, de 7 fevereiro de 2012, que aprova o regimento interno da Uneb (BAHIA, 2012).
- Nota Técnica nº 38/2017/CGCQES/DAES, que estabelece metodologia utilizada no cálculo do Conceito Preliminar de Curso (INEP, 2017);
- Nota Técnica nº 32/2017/CGCQES/DAES, que estabelece metodologia utilizada no cálculo do Conceito Enade;
- Nota Técnica nº 39/2017/CGCQES/DAES, que estabelece metodologia utilizada no cálculo do Índice Geral de Curso; e
- Portaria Normativa nº 19/2017, que dispõe sobre os procedimentos de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira referente à avaliação de instituições de educação superior.

Em relação à operacionalização da pesquisa documental, realizamos leituras de documentos para identificar dados importantes para a investigação com o objetivo de compreender o contexto das políticas públicas que ensejam o cenário da avaliação da educação superior no Brasil. Em seguida, foi realizada a transcrição literal de todos os trechos considerados importantes e, por fim, a análise dos dados selecionados (trabalho analítico). Ressaltamos que os documentos consultados foram selecionados para servirem como orientação para a avaliação da educação superior no Brasil.

Em seguida, utilizamos a pesquisa bibliográfica que possibilitou angariar os elementos teóricos que subsidiariam a argumentação (NOVAES, 2014). Essa técnica foi importante para o desenvolvimento desta pesquisa, pois, de acordo com o mencionado autor, recorrer a pesquisas e trabalhos com temas relacionados ao objeto de estudo pode fornecer elementos de análise. A revisão da literatura disponível sobre a temática, segundo Creswell (2010), pode permitir a identificação e a sistematização dos estudos sobre o que se pretende investigar.

A pesquisa bibliográfica favorece a construção da fundamentação teórica, bem como permite realizar identificar estudos sobre avaliação no sentido de disseminação de informações para subsidiar as tomadas de decisão.

Com base na fundamentação teórica acerca de disseminação de informações, tomada de decisão e tecnologia da informação, são apresentadas reflexões dialogadas com alguns estudiosos, a exemplo de Ala-Harja e Helgason (2000), Belloni (2000), Bernardes e Abreu (2004), Bertelli e Eyng (2010), Caravantes, Panno e Kloeckner (2005), Certo (2005), Idalberto Chiavenato (2003), Contandriopoulos (2006), Dias Sobrinho (2003), Maximiano (2009), Djalma Oliveira (2007), Oliveira (1999), Padoveze (2000), Pereira e Fonseca (1997), Stair (1998), Tachizawa e Andrade (2006), Vianna (1989), entre outros.

Para a realização da pesquisa, foram utilizados bancos de teses, dissertações e artigos, além de publicações (revistas, livros, periódicos etc.) e este exercício permitiu identificar pesquisadores interessados em desenvolver estudos sobre disseminação de informação e tomada de decisão.

De maneira complementar, realizamos observações *in loco*, a partir da participação nos ambientes que lidam com os processos de registros de informações acadêmicas e com os sujeitos que operam os sistemas de informação da Universidade. Para isto, utilizamos a observação participante, que consiste na inserção do pesquisador no interior do grupo observado, tornando-se parte dele, interagindo por longos períodos com os sujeitos, buscando inserção no seu cotidiano com o intuito de vivenciar situações do dia a dia.

Para Correia (1999, p. 31), a observação participante é realizada em contato direto, frequente e prolongado do investigador, com os atores sociais, nos seus contextos culturais, sendo o próprio investigador instrumento de pesquisa.

Da mesma forma, May (2001: 177), conceitua a observação participante como sendo "O processo no qual um investigador estabelece um relacionamento multilateral e de prazo relativamente longo com uma associação humana na sua situação natural com o propósito de desenvolver um entendimento científico daquele grupo.".

A técnica de observação constitui uma forma de levantamento naturalista e permite a investigação de fenômenos nos seus contextos de ocorrência naturais. Dessa forma, permite a detecção e obtenção de informações por vezes não apreendidas por outros métodos.

A observação vem sendo utilizada em diversas áreas de conhecimento por possibilitar a detecção e a obtenção de informações por vezes não apreendidas em outros métodos. Assim, segundo Bechker (1972), a observação seria uma solução para o estudo de fenômenos complexos e institucionalizados. De maneira análoga, Vianna (2003) afirma que as

técnicas de observações em pesquisa são as únicas abordagens disponíveis para estudo de comportamentos complexos.

Para Vianna (2003), existem quatro técnicas de observação: casual, formal, naturalista e participante. Nesta pesquisa, utilizamos a observação formal e a naturalista. De maneira complementar, este autor entende, ainda, a observação formal como sendo uma aplicação estruturada e sistemática de um conjunto de procedimentos do qual se quer coletar informações. Já a observação naturalista é aplicada no ambiente natural, ou seja, *in loco*, sendo que, neste ambiente, não se procura manipular, modificar ou mesmo limitar o meio ou o comportamento da população envolvida.

Partindo desse pressuposto, fizemos anotações cuidadosamente detalhadas que constituem elementos subsidiares para fundamentar a sistematização de dados visando o desenvolvimento de uma ferramenta tecnológica no intuito de disseminar informações entre gestores da Instituição de forma a fornecer subsídios para a tomada de decisão. Desse modo e a partir dos elementos que subsidiaram o objetivo desta pesquisa, foi possível identificar os principais problemas em torno da sistematização e disseminação de informações bem como sobre a tomada de decisão.

Reconhecemos, assim, que a disseminação e a geração de informações confiáveis e com a frequência e agilidade necessária podem potencializar a gestão dos cursos de graduação, sobretudo no que tange ao seu acompanhamento. De outra parte, as integrações das informações podem subsidiar os gestores no processo de tomada de decisão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa permitiu perceber que a principal dificuldade que os gestores da Universidade do Estado da Bahia (Uneb) enfrentam reside na obtenção de informações qualificadas e organizadas que possam contribuir para a tomada de decisão. Verificamos que o cenário das informações acadêmicas era bastante adverso uma vez que não havia uma análise sobre a consistência e qualidades das informações disponíveis.

A partir das nossas observações, pudemos constatar que os gestores da Instituição vinham demostrando dificuldades para obter informações de maneira sistematizada e consistente, dificuldades estas que se apresentaram, sobretudo, quando passamos a tratar com dados e informações acadêmicas referentes a discentes, docentes e cursos ofertados pela Uneb.

De outra parte, as informações acadêmicas estavam sendo disponibilizadas de forma desintegrada pelos diversos sistemas da Uneb. Conforme verificamos, a falta de integração entre os sistemas torna as informações dispersas, causando redundância de dados e gerando, consequentemente, informações imprecisas, inconsistentes e sem condição de análise para utilização de forma objetiva.

Muitas informações não estavam sistematizadas como, por exemplo, os microdados do censo da educação superior e dados sobre o processo seletivo do Sistema de Seleção Unificada (SiSU). Neste cenário complexo para a tomada de decisão, poucas informações foram utilizadas no processo decisório e, por diversas vezes, estas eram tomadas de aleatória, sem a devida análise das informações. É possível que tal cenário tenha impactado negativamente nos processos de avaliação aos quais a Instituição está submetida.

As leituras e análises de algumas pesquisas e trabalhos relacionados a disseminação de informações, avaliação e tomada de decisão permitiram evidenciar a importância da produção de informações qualificadas para a transparência do processo de tomada de decisão e, de maneira complementar, para a condução do processo de avaliação, por constituir um instrumento de análise com foco no diagnóstico de modo que gestores possam utilizar os resultados obtidos para a intervenção e a mediação na avaliação dos cursos.

A análise documental propiciou a ampliação da compreensão sobre o processo de avaliação da educação superior que envolve as universidades. Sobre o Índice Geral de Cursos (IGC), Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), especificamente, esta pesquisa procurou esclarecer que, embora esses processos retratem a avaliação da educação superior, não devem ser analisados de forma isolada. Reconhecemos a importância de estabelecer conexões entre cada indicador de

qualidade, avaliando os diversos aspectos críticos que merecerem especial atenção para serem melhorados.

Do nosso ponto de vista, a avaliação no âmbito da educação superior não se limita apenas à análise quantitativa, expressa em valores numéricos. Compreendemos que a avaliação ocorre em contextos mais amplos, implicando uma análise qualitativa o que indica que o gestor deve compreender o processo avaliativo ao qual está submetido, gerando novas maneiras de avaliação e acompanhamento dos cursos.

A análise das políticas de avaliação da educação superior permitiu compreender os seus objetivos, porém suscitou questionamentos sobre a necessidade de acompanhar os resultados por ela produzidos, buscando identificar as dificuldades e traçando ações interventivas sobre tais resultados.

Cabe reafirmar que, por meio dos resultados das avaliações, surge a pretensão de alcançar bons resultados o que implica que os gestores precisam ter à disposição informações qualificadas que os subsidiem nas tomadas de decisões a fim de obterem êxito na melhoria dos indicadores de qualidade da educação superior dos seus cursos.

A pesquisa bibliográfica permitiu identificar a importância da disseminação de informações qualificadas para subsidiar gestores na tomada de decisão, proporcionando assim o acompanhamento constante e a melhoria do processo de avaliação e, consequentemente, impactando positivamente no rendimento dos indicadores de qualidade da educação superior.

Como resultado proveniente da pesquisa, foi apresentada uma ferramenta tecnológica, denominada Portal de Avaliação e Gestão Acadêmica, cuja finalidade se destina a disseminação de informações acadêmicas destinada aos gestores dos cursos de graduação da Uneb. Algumas das suas funcionalidades e finalidades foram desenvolvidas e elencadas nesta pesquisa no sentido de reunir informações qualificadas. Tais informações se destinam aos gestores, subsidiando-os no processo de tomada de decisão e no acompanhamento da avaliação dos cursos.

Assim, entendemos que a disseminação de informações e a tomada de decisão se apresentam como processos intrínsecos e integrados aos objetivos da avaliação institucional.

7 O APERFEIÇOAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE UMA FERRAMENTA TECNOLÓGICA PARA A DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES ACADÊMICAS DESTINADAS AOS GESTORES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNEB

A partir da identificação de dados e informações inconsistentes gerados pelos atuais sistemas de informações da Uneb, entendemos que os gestores não poderiam obter informações precisas e confiáveis sobre a Instituição. Assim, a partir da incorporação de novas funcionalidades, desenvolvemos o Portal de Avaliação e Gestão Acadêmica, ferramenta que tem o intuito de subsidiar, com informações fidedignas, os gestores da Universidade no acompanhamento e nas tomadas de decisões relativas aos cursos de graduação oferecidos pela Instituição.

Para tal objetivo, organizamos informações dos diversos sistemas da Instituição bem como dados da avaliação externa que foram consolidados em uma base de dados própria para o uso do Portal e incorporamos a esta base de dados, informações relativas a:

- cursos, através dos microdados[9] do censo da educação superior, disponibilizados pelo Inep;
- processos seletivos realizados pela Instituição;
- docentes, através da integração com a plataforma *lattes*; e
- indicadores de qualidade dos cursos disponibilizados pelo Inep.

Posteriormente, desenvolvemos uma interface para os gestores visualizarem os dados sistematizados, permitindo-lhes efetuar possíveis cruzamentos de dados a fim de obter informações que os subsidiem nas tomadas de decisões.

Para a incorporação das informações de microdados do censo à base de dados, utilizamos informações disponibilizadas publicamente pelo Inep referente a cursos, que foram informadas ao Inep a partir de cada IES por meio do censo da educação superior, e, de posse delas, importamos para o banco de dados as informações relativas a todos os cursos de graduação do Brasil.

Para obter informações no que tange aos processos seletivos, a integração entre os sistemas SIV, SiSU e Sagres foi incorporada à base de dados do Portal. Os dados relativos a inscritos nos dois processos seletivos (Vestibular e SiSU) realizados pela Instituição foram integrados ao Sagres visando obter todas as informações necessárias para o acompanhamento

[9] Os microdados do censo da educação superior, disponibilizados pelo Inep, se constituem no menor nível de desagregação de dados recolhidos por pesquisas, avaliações e exames realizados pelo Instituto.

do fluxo do processo seletivo tais como quantidades de vagas e candidatos por curso, alunos convocados para efetuar matrícula, alunos que efetuaram a matrícula, dentre outras informações importantes para o acompanhamento do curso pelo gestor.

As informações acadêmicas relativas aos docentes, tais como vínculo do professor com o curso, foram extraídos do Sagres, porém, os dados pessoais, como titulação e produção científica, foram obtidos através da integração da Universidade com a plataforma *lattes*, por meio de um *webservice*[10].

Finalmente, os dados relativos aos indicadores de qualidade da educação superior, foram inseridos na base de dados, de forma semelhante aos dados do censo da educação superior. Ou seja, de posse de um arquivo, disponibilizado publicamente pelo Inep, importamos para o banco de dados as informações relativas à avaliação dos cursos de graduação da Instituição. Por fim, desenvolvemos as *interfaces*[11], que servem para os gestores visualizarem as informações consolidadas.

Desta maneira, foi possível elaborar o Portal de Avaliação e Gestão Acadêmica com a finalidade de sistematizar e disseminar informações acadêmicas fidedignas para subsidiar os gestores nas tomadas de decisões. Com isto é possível monitorar e acompanhar o desempenho dos cursos através dos indicadores de qualidade da educação superior, permitindo ações corretivas para todos os componentes que alcançarem baixo desempenho.

7.1 APRESENTAÇÃO DO PORTAL DE AVALIAÇÃO E GESTÃO ACADÊMICA

O acesso ao Portal da Gestão e Avaliação Acadêmica se dá a partir do próprio portal acadêmico da Universidade[12] que é um mecanismo macro que abrange outros portais, a saber: portal do aluno, portal do professor, portal do secretário e coordenadores de colegiados, portal do tutor, portal do colegiado e o portal de gestão e avaliação acadêmica.

A tela inicial do nosso Portal (Figura 1) traz informações sobre a quantidade e titulação dos professores ativos, quantidade de alunos cotistas por curso, um quadro que reflete o planejamento acadêmico do período letivo, onde podemos observar: o número de disciplinas ofertadas, vagas disponibilizadas e vagas preenchidas, bem como o quantitativo de alunos egressos agrupados pela forma de saída.

---

[10] De acordo com a W3C, a definição de *Web Services* é sistema de *software* responsável por proporcionar a interação entre duas máquinas através de uma rede.

[11] A *interface* entre o *software* e o usuário é a tela de comandos apresentada por este programa, ou seja, a interface gráfica do software.

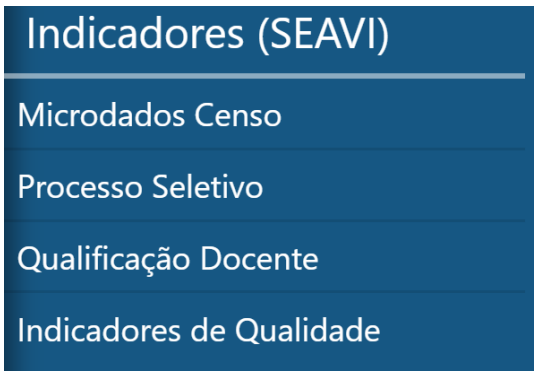
[12] O acesso ao portal acadêmico da Uneb se dá através do *link* http://www.portalacademico.uneb.br/

Figura 1 − Tela inicial do Portal de Avaliação e Gestão Acadêmica

Fonte: Portal de Avaliação e Gestão Acadêmica

As funcionalidades que foram desenvolvidas e incorporadas para o aperfeiçoamento do Portal podem ser acessadas através do seu menu, na sessão Indicadores (Seavi), conforme Figura 2.

Figura 2 − Forma de acesso às funcionalidades incorporadas



Fonte: Portal de Avaliação e Gestão Acadêmica

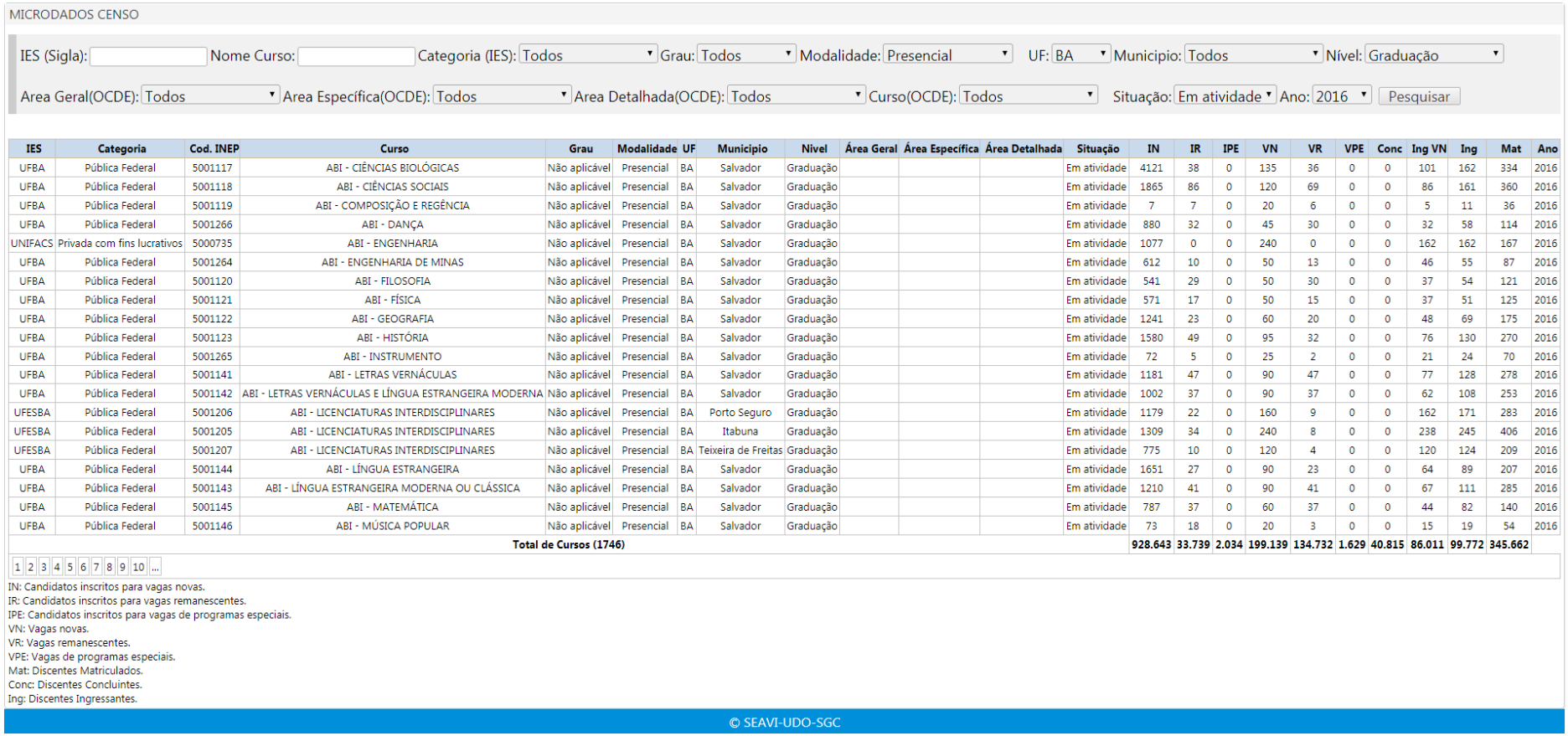
A seguir, detalharemos cada funcionalidade desenvolvida, bem como quais informações podem ser extraídas.

7.1.1 Microdados Censo

A funcionalidade Microdados Censo é composta pelos dados do censo da educação superior disponibilizados pelo Inep e permite ao gestor efetuar o cruzamento de dados relativos a todo e qualquer curso de graduação do país. Conforme podemos observar na Figura 3 a seguir, é possível extrair informações sobre a oferta de cursos como: IES, categoria, código Inep, curso, grau, modalidade, UF, município, nível, área geral, área específica, área detalhada; situação de candidatos inscritos para vagas novas (IN); candidatos inscritos para vagas remanescentes (IR); candidatos inscritos para vagas de programas especiais (IPE); vagas novas (VN); vagas remanescentes (VR); vagas de programas especiais (VPE); discentes matriculados (Mat); discentes concluintes (Conc); discentes ingressantes (Ing); e ano.

A partir de combinações feitas através dessa tela, é possível, por exemplo, adquirir informações, realizar estudos de viabilidade e oferta para implantação de cursos novos em determinados municípios, comparar vagas, discentes e concluintes com outras IES, dentre outras combinações possíveis.

Figura 3 − Tela referente à funcionalidade Microdados Censo



MICRODADOS CENSO

IES (Sigla): Nome Curso: Categoria (IES): Todos Grau: Todos Modalidade: Presencial UF: BA Municipio: Todos Nível: Graduação

Area Geral(OCDE): Todos Area Específica(OCDE): Todos Area Detalhada(OCDE): Todos Curso(OCDE): Todos Situação: Em atividade Ano: 2016 Pesquisar

IES	Categoria	Cod. INEP	Curso	Grau	Modalidade	UF	Municipio	Nivel	Área Geral	Área Específica	Área Detalhada	Situação	IN	IR	IPE	VN	VR	VPE	Conc	Ing VN	Ing	Mat	Ano
UFBA	Pública Federal	5001117	ABI - CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Não aplicável	Presencial	BA	Salvador	Graduação				Em atividade	4121	38	0	135	36	0	0	101	162	334	2016
UFBA	Pública Federal	5001118	ABI - CIÊNCIAS SOCIAIS	Não aplicável	Presencial	BA	Salvador	Graduação				Em atividade	1865	86	0	120	69	0	0	86	161	360	2016
UFBA	Pública Federal	5001119	ABI - COMPOSIÇÃO E REGÊNCIA	Não aplicável	Presencial	BA	Salvador	Graduação				Em atividade	7	7	0	20	6	0	0	5	11	36	2016
UFBA	Pública Federal	5001266	ABI - DANÇA	Não aplicável	Presencial	BA	Salvador	Graduação				Em atividade	880	32	0	45	30	0	0	32	58	114	2016
UNIFACS	Privada com fins lucrativos	5000735	ABI - ENGENHARIA	Não aplicável	Presencial	BA	Salvador	Graduação				Em atividade	1077	0	0	240	0	0	0	162	162	167	2016
UFBA	Pública Federal	5001264	ABI - ENGENHARIA DE MINAS	Não aplicável	Presencial	BA	Salvador	Graduação				Em atividade	612	10	0	50	13	0	0	46	55	87	2016
UFBA	Pública Federal	5001120	ABI - FILOSOFIA	Não aplicável	Presencial	BA	Salvador	Graduação				Em atividade	541	29	0	50	30	0	0	37	54	121	2016
UFBA	Pública Federal	5001121	ABI - FÍSICA	Não aplicável	Presencial	BA	Salvador	Graduação				Em atividade	571	17	0	50	15	0	0	37	51	125	2016
UFBA	Pública Federal	5001122	ABI - GEOGRAFIA	Não aplicável	Presencial	BA	Salvador	Graduação				Em atividade	1241	23	0	60	20	0	0	48	69	175	2016
UFBA	Pública Federal	5001123	ABI - HISTÓRIA	Não aplicável	Presencial	BA	Salvador	Graduação				Em atividade	1580	49	0	95	32	0	0	76	130	270	2016
UFBA	Pública Federal	5001265	ABI - INSTRUMENTO	Não aplicável	Presencial	BA	Salvador	Graduação				Em atividade	72	5	0	25	2	0	0	21	24	70	2016
UFBA	Pública Federal	5001141	ABI - LETRAS VERNÁCULAS	Não aplicável	Presencial	BA	Salvador	Graduação				Em atividade	1181	47	0	90	47	0	0	77	128	278	2016
UFBA	Pública Federal	5001142	ABI - LETRAS VERNÁCULAS E LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	Não aplicável	Presencial	BA	Salvador	Graduação				Em atividade	1002	37	0	90	37	0	0	62	108	253	2016
UFESBA	Pública Federal	5001206	ABI - LICENCIATURAS INTERDISCIPLINARES	Não aplicável	Presencial	BA	Porto Seguro	Graduação				Em atividade	1179	22	0	160	9	0	0	162	171	283	2016
UFESBA	Pública Federal	5001205	ABI - LICENCIATURAS INTERDISCIPLINARES	Não aplicável	Presencial	BA	Itabuna	Graduação				Em atividade	1309	34	0	240	8	0	0	238	245	406	2016
UFESBA	Pública Federal	5001207	ABI - LICENCIATURAS INTERDISCIPLINARES	Não aplicável	Presencial	BA	Teixeira de Freitas	Graduação				Em atividade	775	10	0	120	4	0	0	120	124	209	2016
UFBA	Pública Federal	5001144	ABI - LÍNGUA ESTRANGEIRA	Não aplicável	Presencial	BA	Salvador	Graduação				Em atividade	1651	27	0	90	23	0	0	64	89	207	2016
UFBA	Pública Federal	5001143	ABI - LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA OU CLÁSSICA	Não aplicável	Presencial	BA	Salvador	Graduação				Em atividade	1210	41	0	90	41	0	0	67	111	285	2016
UFBA	Pública Federal	5001145	ABI - MATEMÁTICA	Não aplicável	Presencial	BA	Salvador	Graduação				Em atividade	787	37	0	60	37	0	0	44	82	140	2016
UFBA	Pública Federal	5001146	ABI - MÚSICA POPULAR	Não aplicável	Presencial	BA	Salvador	Graduação				Em atividade	73	18	0	20	3	0	0	15	19	54	2016
Total de Cursos (1746)													**928.643**	**33.739**	**2.034**	**199.139**	**134.732**	**1.629**	**40.815**	**86.011**	**99.772**	**345.662**	

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 ...

IN: Candidatos inscritos para vagas novas.
IR: Candidatos inscritos para vagas remanescentes.
IPE: Candidatos inscritos para vagas de programas especiais.
VN: Vagas novas.
VR: Vagas remanescentes.
VPE: Vagas de programas especiais.
Mat: Discentes Matriculados.
Conc: Discentes Concluintes.
Ing: Discentes Ingressantes.

© SEAVI-UDO-SGC

Fonte: Portal de Avaliação e Gestão Acadêmica

É importante ressaltar que as informações disponibilizadas através desta funcionalidade são informadas, ao INEP, pelas próprias IES, através do censo da educação superior. Estas são informações oficiais utilizadas no processo de avaliação dos cursos e IES.

A partir desta funcionalidade podemos, por exemplo, saber o percentual de ocupação das vagas ofertadas para um curso ou IES, qual estado ou município tem mais concluintes, qual IES oferta mais vagas para um determinado curso, onde se concentra o maior número de discentes matriculados, dentre outras.

Acreditamos que, com a sistematização e disseminação desses dados, munimos os gestores com informações para que possam realizar, de maneira rápida, a análise de um curso, município, estado ou, até mesmo, de outra IES, cabendo-lhes definir, por exemplo, sobre a implantação ou não de um curso em um determinado município ou, até mesmo, sobre a manutenção de um curso já existente.

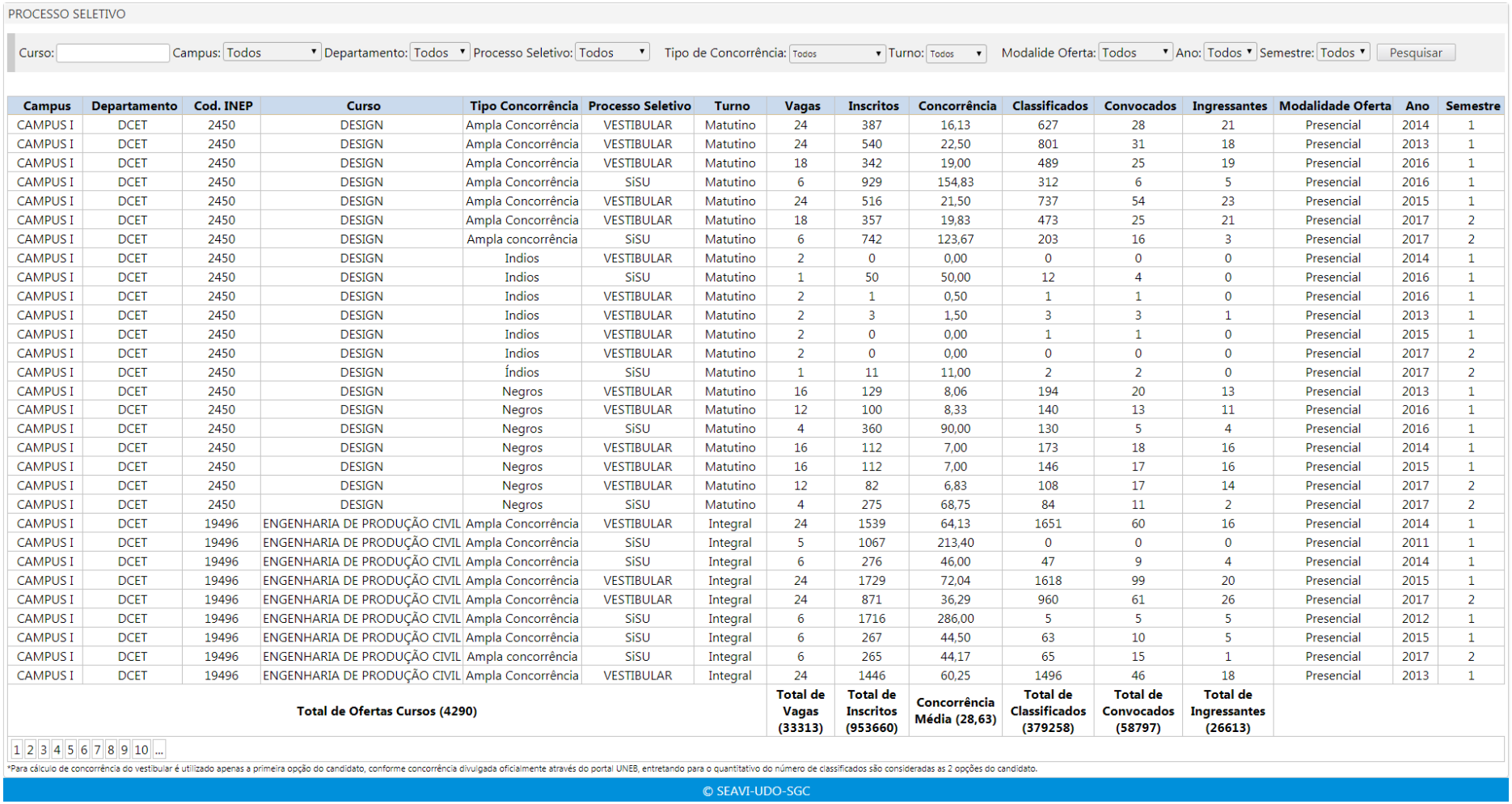
7.1.2 Processo Seletivo

A partir desta funcionalidade, Processo Seletivo, reunimos informações de todos os sistemas envolvidos neste processo com o objetivo de constituir uma única base de dados que servirá de apoio para subsidiar e disseminar informações que apoiem os gestores.

A partir daí o gestor pode obter uma visão ampla das inscrições para os processos seletivos na Universidade, o que lhe permitirá adquirir informações importantes sobre o público que pleiteia uma vaga no curso. Conforme podemos observar na Figura 4, é possível extrair informações sobre a oferta de curso como: campus, departamento, código Inep, nome do curso, tipo de concorrência, processo seletivo, turno, vagas, inscritos, concorrência, classificados, convocados, ingressantes, modalidade, ano e semestre de oferta do curso.

A partir de combinações feitas através dessa tela, é possível, por exemplo, avaliar como anda a demanda pelas vagas destinadas ao regime de cotas adotado pela Instituição, qual o curso com maior e menor procura, concorrência e número de vagas preenchidas. É possível ainda fazer o comparativo do curso perante os dois processos seletivos seguidos pela Instituição, dentre outras combinações possíveis.

Figura 4 − Tela referente à funcionalidade Processo Seletivo



PROCESSO SELETIVO

Curso: Campus: Todos Departamento: Todos Processo Seletivo: Todos Tipo de Concorrência: Todos Turno: Todos Modalide Oferta: Todos Ano: Todos Semestre: Todos Pesquisar

Campus	Departamento	Cod. INEP	Curso	Tipo Concorrência	Processo Seletivo	Turno	Vagas	Inscritos	Concorrência	Classificados	Convocados	Ingressantes	Modalidade Oferta	Ano	Semestre
CAMPUS I	DCET	2450	DESIGN	Ampla Concorrência	VESTIBULAR	Matutino	24	387	16,13	627	28	21	Presencial	2014	1
CAMPUS I	DCET	2450	DESIGN	Ampla Concorrência	VESTIBULAR	Matutino	24	540	22,50	801	31	18	Presencial	2013	1
CAMPUS I	DCET	2450	DESIGN	Ampla Concorrência	VESTIBULAR	Matutino	18	342	19,00	489	25	19	Presencial	2016	1
CAMPUS I	DCET	2450	DESIGN	Ampla Concorrência	SiSU	Matutino	6	929	154,83	312	6	5	Presencial	2016	1
CAMPUS I	DCET	2450	DESIGN	Ampla Concorrência	VESTIBULAR	Matutino	24	516	21,50	737	54	23	Presencial	2015	1
CAMPUS I	DCET	2450	DESIGN	Ampla Concorrência	VESTIBULAR	Matutino	18	357	19,83	473	25	21	Presencial	2017	2
CAMPUS I	DCET	2450	DESIGN	Ampla concorrência	SiSU	Matutino	6	742	123,67	203	16	3	Presencial	2017	2
CAMPUS I	DCET	2450	DESIGN	Indios	VESTIBULAR	Matutino	2	0	0,00	0	0	0	Presencial	2014	1
CAMPUS I	DCET	2450	DESIGN	Indios	SiSU	Matutino	1	50	50,00	12	4	0	Presencial	2016	1
CAMPUS I	DCET	2450	DESIGN	Indios	VESTIBULAR	Matutino	2	1	0,50	1	1	0	Presencial	2016	1
CAMPUS I	DCET	2450	DESIGN	Indios	VESTIBULAR	Matutino	2	3	1,50	3	3	1	Presencial	2013	1
CAMPUS I	DCET	2450	DESIGN	Indios	VESTIBULAR	Matutino	2	0	0,00	1	1	0	Presencial	2015	1
CAMPUS I	DCET	2450	DESIGN	Indios	VESTIBULAR	Matutino	2	0	0,00	0	0	0	Presencial	2017	2
CAMPUS I	DCET	2450	DESIGN	Índios	SiSU	Matutino	1	11	11,00	2	2	0	Presencial	2017	2
CAMPUS I	DCET	2450	DESIGN	Negros	VESTIBULAR	Matutino	16	129	8,06	194	20	13	Presencial	2013	1
CAMPUS I	DCET	2450	DESIGN	Negros	VESTIBULAR	Matutino	12	100	8,33	140	13	11	Presencial	2016	1
CAMPUS I	DCET	2450	DESIGN	Negros	SiSU	Matutino	4	360	90,00	130	5	4	Presencial	2016	1
CAMPUS I	DCET	2450	DESIGN	Negros	VESTIBULAR	Matutino	16	112	7,00	173	18	16	Presencial	2014	1
CAMPUS I	DCET	2450	DESIGN	Negros	VESTIBULAR	Matutino	16	112	7,00	146	17	16	Presencial	2015	1
CAMPUS I	DCET	2450	DESIGN	Negros	VESTIBULAR	Matutino	12	82	6,83	108	17	14	Presencial	2017	2
CAMPUS I	DCET	2450	DESIGN	Negros	SiSU	Matutino	4	275	68,75	84	11	2	Presencial	2017	2
CAMPUS I	DCET	19496	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO CIVIL	Ampla Concorrência	VESTIBULAR	Integral	24	1539	64,13	1651	60	16	Presencial	2014	1
CAMPUS I	DCET	19496	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO CIVIL	Ampla Concorrência	SiSU	Integral	5	1067	213,40	0	0	0	Presencial	2011	1
CAMPUS I	DCET	19496	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO CIVIL	Ampla Concorrência	SiSU	Integral	6	276	46,00	47	9	4	Presencial	2014	1
CAMPUS I	DCET	19496	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO CIVIL	Ampla Concorrência	VESTIBULAR	Integral	24	1729	72,04	1618	99	20	Presencial	2015	1
CAMPUS I	DCET	19496	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO CIVIL	Ampla Concorrência	VESTIBULAR	Integral	24	871	36,29	960	61	26	Presencial	2017	2
CAMPUS I	DCET	19496	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO CIVIL	Ampla Concorrência	SiSU	Integral	6	1716	286,00	5	5	5	Presencial	2012	1
CAMPUS I	DCET	19496	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO CIVIL	Ampla Concorrência	SiSU	Integral	6	267	44,50	63	10	5	Presencial	2015	1
CAMPUS I	DCET	19496	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO CIVIL	Ampla concorrência	SiSU	Integral	6	265	44,17	65	15	1	Presencial	2017	2
CAMPUS I	DCET	19496	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO CIVIL	Ampla Concorrência	VESTIBULAR	Integral	24	1446	60,25	1496	46	18	Presencial	2013	1
Total de Ofertas Cursos (4290)							**Total de Vagas (33313)**	**Total de Inscritos (953660)**	**Concorrência Média (28,63)**	**Total de Classificados (379258)**	**Total de Convocados (58797)**	**Total de Ingressantes (26613)**			

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 ...

*Para cálculo de concorrência do vestibular é utilizado apenas a primeira opção do candidato, conforme concorrência divulgada oficialmente através do portal UNEB, entretando para o quantitativo do número de classificados são consideradas as 2 opções do candidato.

© SEAVI-UDO-SGC

Fonte: Portal de Avaliação e Gestão Acadêmica

Compreendemos que, com a disseminação dessas informações, propiciamos aos gestores uma visão macro para que possam analisar, de maneira rápida, a oferta de vagas do curso, departamento, campus ou, até mesmo, da própria Instituição, cabendo-lhes decidir se mantêm ou suspendem a oferta de vagas novas de curso com baixa procura social, por exemplo, ou, ainda, se remanejam as vagas, aumentando ou diminuindo, entre os processos seletivos adotados pela Uneb.

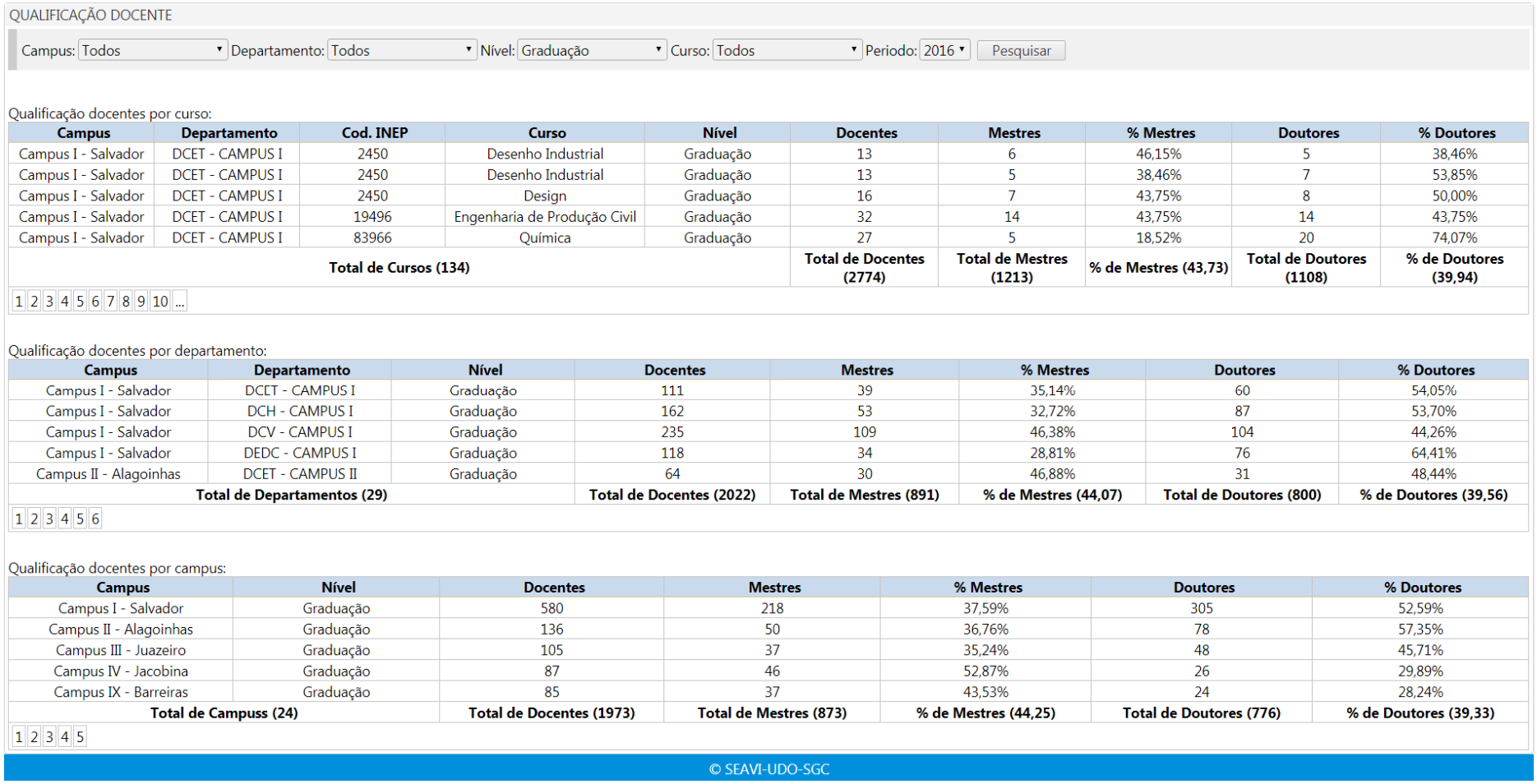
7.1.3 Qualificação Docente

Com o apoio desta funcionalidade, Qualificação Docente, o gestor tem uma visão ampla do quadro docente do curso, departamento ou *campus*. É possível, através da integração com o currículo *Lattes* (Capes), identificar a titulação desses docentes. Conforme podemos observar na Figura 5 a seguir, esta funcionalidade apresenta informações sobre o quadro docente como: campus, departamento, código Inep, curso, nível, docentes, mestres, percentual de mestres, doutores, percentual de doutores.

A partir de combinações feitas através dessa tela, é possível observar dois dados que compõem o CPC: Nota de Proporção de Mestres (NM) e Nota de Proporção de Doutores (ND). Com essas informações, os gestores podem agir, antecipadamente, para a melhoria da nota deste conceito.

A título de exemplo, na Figura 6, podemos observar o comportamento do quadro docente do *campus* XVII, de Bom Jesus da Lapa, em 2017.

Figura 5 − Tela referente à funcionalidade Qualificação Docente



QUALIFICAÇÃO DOCENTE

Campus: Todos | Departamento: Todos | Nível: Graduação | Curso: Todos | Periodo: 2016 | Pesquisar

Qualificação docentes por curso:

Campus	Departamento	Cod. INEP	Curso	Nível	Docentes	Mestres	% Mestres	Doutores	% Doutores
Campus I - Salvador	DCET - CAMPUS I	2450	Desenho Industrial	Graduação	13	6	46,15%	5	38,46%
Campus I - Salvador	DCET - CAMPUS I	2450	Desenho Industrial	Graduação	13	5	38,46%	7	53,85%
Campus I - Salvador	DCET - CAMPUS I	2450	Design	Graduação	16	7	43,75%	8	50,00%
Campus I - Salvador	DCET - CAMPUS I	19496	Engenharia de Produção Civil	Graduação	32	14	43,75%	14	43,75%
Campus I - Salvador	DCET - CAMPUS I	83966	Química	Graduação	27	5	18,52%	20	74,07%
Total de Cursos (134)					**Total de Docentes (2774)**	**Total de Mestres (1213)**	**% de Mestres (43,73)**	**Total de Doutores (1108)**	**% de Doutores (39,94)**

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 ...

Qualificação docentes por departamento:

Campus	Departamento	Nível	Docentes	Mestres	% Mestres	Doutores	% Doutores
Campus I - Salvador	DCET - CAMPUS I	Graduação	111	39	35,14%	60	54,05%
Campus I - Salvador	DCH - CAMPUS I	Graduação	162	53	32,72%	87	53,70%
Campus I - Salvador	DCV - CAMPUS I	Graduação	235	109	46,38%	104	44,26%
Campus I - Salvador	DEDC - CAMPUS I	Graduação	118	34	28,81%	76	64,41%
Campus II - Alagoinhas	DCET - CAMPUS II	Graduação	64	30	46,88%	31	48,44%
Total de Departamentos (29)			**Total de Docentes (2022)**	**Total de Mestres (891)**	**% de Mestres (44,07)**	**Total de Doutores (800)**	**% de Doutores (39,56)**

1 2 3 4 5 6

Qualificação docentes por campus:

Campus	Nível	Docentes	Mestres	% Mestres	Doutores	% Doutores
Campus I - Salvador	Graduação	580	218	37,59%	305	52,59%
Campus II - Alagoinhas	Graduação	136	50	36,76%	78	57,35%
Campus III - Juazeiro	Graduação	105	37	35,24%	48	45,71%
Campus IV - Jacobina	Graduação	87	46	52,87%	26	29,89%
Campus IX - Barreiras	Graduação	85	37	43,53%	24	28,24%
Total de Campuss (24)		**Total de Docentes (1973)**	**Total de Mestres (873)**	**% de Mestres (44,25)**	**Total de Doutores (776)**	**% de Doutores (39,33)**

1 2 3 4 5

© SEAVI-UDO-SGC

Fonte: Portal de Avaliação e Gestão Acadêmica

Figura 6 − Exemplo de funcionamento da funcionalidade Qualificação Docente

QUALIFICAÇÃO DOCENTE

Campus: Campus XVII - Bom J ▾ Departamento: Todos ▾ Nível: Graduação ▾ Curso: Todos ▾ Periodo: 2017 ▾ Pesquisar

Qualificação docentes por curso:

Campus	Departamento	Cod. INEP	Curso	Nível	Docentes	Mestres	% Mestres	Doutores	% Doutores
Campus XVII - Bom Jesus da Lapa	DCHT - CAMPUS XVII	91814	Administração	Graduação	20	7	35,00%	1	5,00%
Campus XVII - Bom Jesus da Lapa	DCHT - CAMPUS XVII	1400199	Ciências Contábeis	Graduação	4	1	25,00%	0	0,00%
Campus XVII - Bom Jesus da Lapa	DCHT - CAMPUS XVII	83417	Pedagogia	Graduação	21	13	61,90%	2	9,52%
Total de Cursos (3)					**Total de Docentes (45)**	**Total de Mestres (21)**	**% de Mestres (46,67)**	**Total de Doutores (3)**	**% de Doutores (6,67)**

Qualificação docentes por departamento:

Campus	Departamento	Nível	Docentes	Mestres	% Mestres	Doutores	% Doutores
Campus XVII - Bom Jesus da Lapa	DCHT - CAMPUS XVII	Graduação	37	17	45,95%	2	5,41%
Total de Departamentos (1)			**Total de Docentes (37)**	**Total de Mestres (17)**	**% de Mestres (45,95)**	**Total de Doutores (2)**	**% de Doutores (5,41)**

Qualificação docentes por campus:

Campus	Nível	Docentes	Mestres	% Mestres	Doutores	% Doutores
Campus XVII - Bom Jesus da Lapa	Graduação	37	17	45,95%	2	5,41%
Total de Campuss (1)		**Total de Docentes (37)**	**Total de Mestres (17)**	**% de Mestres (45,95)**	**Total de Doutores (2)**	**% de Doutores (5,41)**

© SEAVI-UDO-SGC

Fonte: Portal de Avaliação e Gestão Acadêmica

É possível observar que, perante o cenário apresentado como exemplo, dos 37 docentes disponíveis no *campus*, apenas 2 apresentavam o título de Doutor. Vale ressaltar, ainda, que, dos 4 docentes que deram aula no curso de Ciências Contábeis, nenhum (0%) possuía o título de Doutor. Sabe-se ainda, que a Nota de Proporção de Doutores (ND) referente a esses cursos será baixa ou, até mesmo, zerada, por possuírem poucos docentes ativos com esta titulação.

Com a sistematização e disseminação dessas informações, acreditamos que munimos os gestores com dados para que possam analisar, de maneira rápida, a qualificação do quadro docente do curso, departamento, *campus* ou, até mesmo, da Instituição por completo, cabendo-lhes agir sobre o incentivo à qualificação docente, o que refletirá diretamente no Conceito Preliminar de Curso (CPC).

7.1.4 Indicadores de Qualidade

Com o suporte da funcionalidade Indicadores de Qualidade, o gestor tem uma visão ampla da avaliação feita pelos órgãos oficiais, permitindo-lhe, com isto, obter informações importantes sobre a avaliação e rendimento dos cursos.

Conforme podemos observar na Figura 7, através desta funcionalidade, Indicadores de Qualidade, é possível obter informações sobre todos os 8 componentes que compõem o CPC com seus respectivos pesos: Conceito Enade (20%); Nota do indicador de diferença entre os desempenhos observado e esperado (NIDD), 35%; Nota de proporção de mestres (NM), 7,5%; Nota de proporção de doutores (ND), 15%; Nota de regime de trabalho (NR), 7,5%; Nota referente à organização didático-pedagógica (NO), 7,5%; Nota referente à infraestrutura e instalações físicas (NF), 5%; e Nota referente às oportunidades de ampliação da formação acadêmica e profissional (NA), 2,5%. Além destas informações, é possível obter a área de enquadramento, o município de oferta, o número de cursos[13] avaliados e o ano que ocorreu a avaliação.

[13] Antes da publicação da Portaria Normativa nº 23, publicada pelo Ministério da Educação, em 20 de dezembro de 2016, os cursos eram avaliados como sendo um "conjunto de cursos que compõe uma área de avaliação específica do ENADE de uma Instituição de Educação Superior em um município específico" (BRASIL, 2011, p. 8). Após a publicação desta Portaria, houve uma alteração no critério de divulgação do Conceito Enade, ou seja, a agregação do conceito Enade a partir do curso/município não será levada em consideração. Os conceitos Enade e CPC serão calculados e divulgados a partir do código Inep do curso cadastrado no Sistema e-Mec.

Figura 7 − Tela referente à funcionalidade Indicadores de Qualidade

INDICADORES DE QUALIDADE

Área de Enquadramento: Todos Municipio: Todos Ano: 2015 Pesquisar

Área Enquadramento	Município	Nº Cursos	NO	NF	NA	NIDD	NM	ND	NR	CPC C	CPC F	ENADE C	ENADE F	Ano
ADMINISTRAÇÃO	BOM JESUS DA LAPA	1	2,685	1,686	2,962	2,242	1,333	0,268	5,000	SC	SC	1,865	2	2015
ADMINISTRAÇÃO	GUANAMBI	1	1,311	0,857	1,202	2,637	1,906	0,352	5,000	SC	SC	2,721	3	2015
ADMINISTRAÇÃO	SALVADOR	1	1,242	1,097	1,274	2,619	3,396	2,227	5,000	2,836	SC	3,880	4	2015
ADMINISTRAÇÃO	SANTO ANTONIO DE JESUS	1	2,244	0,926	1,390	2,431	3,048	1,089	5,000	SC	SC	3,385	4	2015
ADMINISTRAÇÃO	SANTO ANTONIO DE JESUS	1	1,085	1,372	1,386	2,383	3,281	0,703	5,000	SC	SC	2,383	3	2015
ADMINISTRAÇÃO	SANTO ANTONIO DE JESUS	1	2,400	0,854	1,498	0,890	3,059	0,662	5,000	SC	SC	1,758	2	2015
ADMINISTRAÇÃO	SERRINHA	1	1,244	1,729	1,136	2,076	3,326	0,489	5,000	SC	SC	2,202	3	2015
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SALVADOR	1	1,993	1,256	0,000	3,058	0,000	0,000	5,000	SC	SC	1,419	2	2015
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	BARREIRAS	1	2,259	1,575	2,226	2,498	2,510	0,942	5,000	2,354	SC	2,356	3	2015
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	CAMACARI	1	2,628	1,715	2,242	2,395	3,118	1,256	5,000	SC	SC	2,211	3	2015
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	LAURO DE FREITAS	1	3,240	1,672	2,156	2,526	3,310	1,370	5,000	SC	SC	2,818	3	2015
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	SALVADOR	1	1,281	1,472	1,595	2,082	3,131	1,675	5,000	2,400	SC	3,001	4	2015
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	SENHOR DO BONFIM	1	1,639	0,805	1,505	2,003	2,470	1,148	5,000	SC	SC	1,775	2	2015
DESIGN	SALVADOR	1	1,083	0,886	1,931	4,393	3,243	1,892	5,000	3,313	SC	3,500	4	2015
DIREITO	CAMACARI	1	2,529	1,382	2,056	2,413	3,030	0,654	5,000	SC	SC	3,327	4	2015
DIREITO	JACOBINA	1	1,626	0,737	0,751	1,123	2,415	1,472	5,000	SC	SC	3,597	4	2015
DIREITO	JUAZEIRO	1	0,825	0,286	1,042	2,637	1,455	0,707	5,000	2,427	SC	4,062	5	2015
DIREITO	PAULO AFONSO	1	1,218	1,360	1,796	2,027	3,445	0,310	5,000	SC	SC	2,995	4	2015
DIREITO	SALVADOR	1	3,162	1,752	2,318	2,861	4,428	2,659	5,000	SC	SC	4,339	5	2015
DIREITO	VALENCA	1	2,080	1,243	1,521	2,020	3,687	0,872	5,000	SC	SC	2,826	3	2015
JORNALISMO	JUAZEIRO	1	2,423	2,031	3,052	2,641	3,611	1,111	5,000	SC	SC	2,963	4	2015
PSICOLOGIA	SALVADOR	1	1,403	1,201	2,161	3,609	3,698	2,934	5,000	SC	SC	4,742	5	2015
TURISMO	EUNAPOLIS	1	2,631	1,914	2,939	2,002	3,333	1,000	5,000	SC	SC	2,014	3	2015
TURISMO	SALVADOR	1	1,110	0,626	1,961	2,717	2,778	2,500	5,000	2,713	SC	3,202	4	2015

NO: Nota referente à organização didático-pedagógica.
NF: Nota referente à infraestrutura e instalações Físicas.
NA: Nota referente às oportunidades de ampliação da formação acadêmica e profissional.
NIDD: Nota do indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado.
NM: Nota de Proporção de Mestres.
ND: Nota de Proporção de Doutores.
RT: Nota Regime de Trabalho.
CPC C: Conceito Prelimiar de Curso Contínuo.
CPC F: Conceito Prelimiar de Curso Faixa.
ENADE C: Conceito ENADE Contínuo.
ENADE F: Conceito ENADE Faixa.

© SEAVI-UDO-SGC

Fonte: Portal de Avaliação e Gestão Acadêmica

Através desta funcionalidade, ainda é possível, efetuar cruzamento de dados e informações relativas a área de enquadramento, município e ano da avaliação, aceitando a comparação entre outros ciclos avaliativos do próprio curso, permitindo apresentar uma série história para verificar se houve ou não melhora do CPC ou componentes.

Desse modo, acreditamos que a disseminação destas informações, permite aos gestores analisar, de maneira rápida, os indicadores de qualidade do curso, números que incidem, diretamente, sobre o Índice Geral de Cursos da Instituição, cabendo-lhes, então, agir sobre o componente que obteve rendimento insatisfatório a fim de melhorar a nota deste conceito no próximo ciclo avaliativo.

Com isso, entendemos que o portal de avaliação e gestão acadêmica se constitui como uma ferramenta tecnológica para a disseminação de informações acadêmicas destinadas aos gestores dos cursos de graduação da Uneb, subsidiando-os na tomada de decisão.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Reforma do Estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-nação e a emergência da regulação supranacional. **Educação e Sociedade**, ano XXII, n. 75, p. 15-32, 2001.

ALA-HARJA, Marjukka; HELGASON, Sigurdur. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 51, n. 4, p. 5-59, 2000.

ALMEIDA, L. Ensino dos professores e aprendizagem dos alunos: permeabilidade de posturas e métodos. In: TAVARES, J. et al. (Ed.). **Pedagogia universitária e sucesso académico**. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2002. p. 59-62.

ATAÍDE, Maria Elza M. O lado perverso da globalização na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 26, n. 3, p. 268-270, set./dez. 1997.

BAHIA. **Constituição do Estado da Bahia (1989)**. Texto constitucional de 5 de outubro de 1989, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 01/1990 a 08/2000. Salvador, EGBA, 1999. Disponível em: <http://www.uneb.br/pgdp/files/2010/07/Constitui%C3%A7%C3%A3o-do-Estado-da-Bahia.pdf>. Acesso em: Junho 2017.

_____. **Decreto Estadual nº 7.532**, de 19 de fevereiro de 1999. Aprova o Regimento do Conselho Estadual de Educação. Salvador: Diário Oficial do Estado, 1999.

_____. **Decreto Estadual nº 13.664**, de 7 de fevereiro de 2012. Dispõe sobre o Recredenciamento da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), e dá outras providências. Salvador: Governo do Estado, 2012. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/1030970/decreto-13664-12>. Acesso em: Agosto 2017.

_____. Conselho Estadual de Educação. **Resolução nº 51**, de 19 de abril de 2010. Dispõe sobre o Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos Superiores de Instituições Públicas do Sistema Estadual de Ensino. Salvador: Diário Oficial do Estado, 2010.

_____. Universidade do Estado da Bahia − UNEB. **Resolução do Conselho Universitário (CONSU) nº 864/2011**. Aprova os ajustes e adequações promovidos no Regimento Geral da UNEB, deliberado pela Resolução nº 792/2010, atendendo à diligência do CEE-BA.

_____. Universidade do Estado da Bahia − UNEB. **Resolução do Conselho Universitário (CONSU) nº 864/2011** homologada pelo Decreto nº 13.664, de 07 de fevereiro de 2012. Salvador, DOE, 8 fev. 2012.

_____. Universidade do Estado da Bahia − UNEB. **Resolução do Conselho Universitário (CONSU) nº 1.026/2014**. Aprova a criação e implantação da Secretaria Especial de Avaliação Institucional (SEAVI) da UNEB.

BARROS, Maria Helena T. C. de. **Disseminação da informação**: entre a teoria e a prática. Marília: s.n., 2003.

BARUFFI, Alaide Maria Zabloski. O professor do ensino superior: realidade e desafios. **Revista Jurídica UNIGRAN**, Dourados, MS, v. 2, n. 4, p. 181-188, jul./dez. 2000. Disponível em: <https://dspace.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/123456789/89/1/ARTIGO_Professor_Ensino_Superior.pdf>. Acesso em: Janeiro 2018.

BATISTA, Emerson de Oliveira. **Sistema de Informação:** o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento. São Paulo: Saraiva, 2004.

BECHKER, H. A. Observation by informants in institutional research. **Quality & Quantity,** v. 6, p. 157-169, 1972.

BELLONI, Isaura. A universidade e o compromisso da avaliação institucional na reconstrução do espaço social. **Revista Avaliação**, Campinas, SP, v. 1 n. 2, 1996. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/731>. Acesso em: Novembro 2017.

BERNARDES, José Francisco; ABREU, Aline Franca de. A contribuição dos sistemas de informações na gestão universitária. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, IV, **Anais...** Florianópolis, SC, 2004.

BERTELLI, Eliseu Miguel; EYNG, Ana Maria. Avaliação institucional: a relação dialógica dos dados da avaliação interna e externa na melhora institucional. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, IV, **Anais...** Florianópolis, SC, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/35670/Eliseu%20Miguel%20Bertelli%20-%20Avalia%c3%a7%c3%a3o%20Instituccional.pdf?sequence=4&isAllowed=y>. Acesso em: junho. 2017.

BIO, Sérgio Rodrigues. **Sistemas de informação**: um enforque gerencial. São Paulo: Atlas, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988 e atualizações posteriores. Brasília-DF: Congresso Nacional, 1988.

_____. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1° e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DOU, 12 de agosto de 1971. Revogada pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm>. Acesso em: Março 2018.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília-DF: Congresso Nacional, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: Janeiro 2017.

_____. **Lei nº 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília-DF: Congresso Nacional, 2004.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 2.051**, de 9 de julho de 2004. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Brasília-DF: MEC, 2008a.

_____. Ministério da Educação. **Portaria Normativa n° 04**, de 5 de agosto de 2008. Regulamenta a aplicação do conceito preliminar de cursos superiores, para fins dos processos de renovação de reconhecimento respectivos, no âmbito do ciclo avaliativo do Sinaes, instaurado pela Portaria Normativa nº 1, de 2007. Brasília-DF: MEC, 2008b.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 12**, de 5 de setembro de 2008. Institui o Índice Geral de Cursos da Instituição de Educação Superior (IGC). Brasília-DF: Diário Oficial da União, 8 set. 2008c.

_____. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 40**, de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Brasília, DOU, n. 249, 29 dez. 2010.

_____. **Manual dos indicadores de qualidade**. Brasília-DF: MEC/Inep, 2011.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 79**4, de 23 de agosto de 2013. Dispõe sobre o censo da educação superior. Brasília-DF: Ministério da Educação, 2013.

_____. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação − PNE e dá outras providências. Brasília-DF: Congresso Nacional, 2014.

_____. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 23,** em 20 de dezembro de 2016. Brasília-DF: MEC, 2016.

_____. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 10**, de 18 de maio de 2017a. Altera o inciso IV do art. 57 da Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e dá outras providências. Brasília, DOU nº 95, Seção 1, p. 12, sexta-feira, 19 de maio 2017a.

_____. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 19**, de 13 de dezembro de 2017b. Dispõe sobre os procedimentos de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes. Brasília, DOU nº 240, Seção 1, p. 23 a 26, 15 dez. 2017b.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Nota Técnica nº 70** - Utilização dos Insumos do Questionário do Estudante Aplicado em 2013. Brasília, 15 de out. 2014, atual. 12 maio 2015. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/notas_tecnicas/2013/nota_tecnica_n_70_2014_utilizacao_insumos_questionario_estudante_2013.pdf>. Acesso em: Março 2017.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Nota Técnica nº 32/2017/CGCQES/DAES – Cálculo do Conceito**

Enade. Brasília, 14 jun. 2017c. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documentos-e-legislacao12>. Acesso em: Outubro 2017.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Nota Técnica nº 38/2017/CGCQES/DAES – Cálculo do CPC**. Brasília, 14 jun. 2017d. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/notas_tecnicas/2016/nota_tecnica_n38_2017_cgcqes_daes_calculo_cpc.pdf >. Acesso em: Outubro 2017.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Nota Técnica nº 39/2017/CGCQES/DAES – Cálculo do IGC.** Brasília, 14 jun. 2017e. Disponível em: < http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/notas_tecnicas/2016/nota_tecnica_n39_2017_cgcqes_daes_calculo_igc.pdf>. Acesso em: Março 2018.

BUCKLAND, Michael. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991.

CALADO, Sílvia dos Santos; FERREIRA, Sílvia Cristina dos Reis. **Análise de documentos**: método de recolha e análise de dados. Instituto de Educação, Universidade de Lisboa. DEFCUL – Metodologia da Investigação, 2004-2005. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/analisedocumentos.pdf>. Acesso em: Maio 2017.

CÂMARA, Carlos André. O. Docência no ensino superior: um desafio para a formação? **Revista Científica Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas da Eduvale**, v. III, n. 5, out. 2010.

CARAVANTES, Geraldo R.; PANNO, Cláudia C.; KLOECKNER, Mônica C. **Administração**: teorias e processo. São Paulo: Pearson/ Prentice Hall, 2005.

CARNEIRO, Breno Pádua Brandão; NOVAES, Ivan Luiz. Dilemas da gestão em uma universidade estadual multicampi: a implantação da Secretaria Especial de Avaliação Institucional (SEAVI/UNEB). In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU, XIV. **Anais...** Florianópolis-SC, 2014.

CARVALHO, Kátia de. Palestra – **Disseminação da informação, mediação humana e inteligência.** Belo Horizonte, ANCIB, 2003.

CATELLI, Armando (coord.). **Controladoria**: uma abordagem da gestão econômica GECON. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

CAUTELA, Alciney Lourenço; POLLONI, Enrico Giulio. **Sistemas de informação na administração de empresas**. São Paulo: Atlas, 1986.

CERTO, Samuel C. Tomada de decisões. In:_____. **Administração moderna**. 9. ed. São Paulo: Pearson, 2005. cap. 7, p. 123-145.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CIANCONI, R. B. Banco de dados de acesso público. **Ciência da Informação**. Brasília, DF, v. 16, n. 1, p. 53-59, jan./jul. 1997.

CONTANDRIOPOULOS, André-Pierre. Avaliando a institucionalização da avaliação. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 705-711, 2006.

CORONADO, Osmar. **Contabilidade gerencial básica**. São Paulo: Saraiva, 2006.

CORREIA, M. C. (1999). **A Observação Participante enquanto técnica de investigação**. Pensar Enfermagem, 13(2), 30 - 36.

COSTA, Sely Maria de Souza. Impactos sociais das tecnologias de informacao. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 3-22, jan./jun. 1995. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/03/pdf_03146e4bbf_0008921.pdf>. Acesso em: Janeiro 2017.

COSTA, Jeiffieny da Silva. Docência no ensino superior: professor aulista ou professor pesquisador? **Caderno Discente do Instituto Superior de Educação**, Aparecida de Goiânia ano 2, n. 2, 2008.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUENCA, Ângela Maria B.; ALVAREZ, Maria do Carmo A.; ABDALA, Eidi Raquel F. Capacitação do usuário na utilização das novas tecnologias para o acesso à informação. In: CONGRESSO REGIONAL DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE, 3. **Anais...** Rio de Janeiro: BIREME/OPAS, 1996.

CUNHA, Maria Isabel da. Auto-avaliação como dispositivo fundante da avaliação institucional emancipatório. **Avaliação** − Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior, Sorocaba, SP, v. 9, n. 4, p. 25-31, dez. 2004.

CUNHA, Mônica Ximenes C.; SOUZA JUNIOR, Marcílio F.; ALMEIDA, Hyggo O. Dificuldades com integração e interoperabilidade de sistemas de informação nas instituições públicas de ensino: um Estudo de Caso no CEFET-AL. In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO − SIMPEP, XII. **Anais...** Bauru, SP, 2005.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação institucional, instrumento da qualidade educativa: a experiência da Unicamp. In: BALZAN, Newton C.; DIAS SOBRINHO, José (org.). **A avaliação institucional**: teoria e experiência. São Paulo: Cortez, 1995. p. 53-86.

_____, José. Avaliação Institucional da Educação Superior: fontes externas e fontes internas. **Avaliação** − Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 29-35, 1998.

_____, José. **Avaliação**: Políticas Educacionais e Reformas da Educação Superior. São Paulo: Cortez, 2003.

_____, José. Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 703-725, 2004.

_____, José. Qualidade, avaliação: do SINAES a índices. **Avaliação** − Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 817-825, nov. 2008. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____, José. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995- 2009): do provão ao Sinaes. **Avaliação − Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior**, Campinas, Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, 195-224, 2010.

FONSECA, João José S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FRANCO, Alexandre de Paula. Ensino Superior no Brasil: cenário, avanços e contradições. **Jornal de Políticas Educacionais**, n. 4, p. 53-63, jul.-dez. 2008. Disponível em: <http://www.jpe.ufpr.br/n4_6.pdf >.

GOMES, Heloísa Maria et al. Formação docente e as mudanças na sala de aula: um diálogo complexo. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, v. **7**, n. 2, p. 143-158, 2004. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/1408/1053>. Acesso em: Janeiro 2017.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARCOVITCH, Jacques. **A universidade (im)possível**. São Paulo: Futura, 1998.

MARTINS, Carlos Benedito. O ensino superior brasileiro nos anos 90. **Revista São Paulo em Perspectiva,** v. 14, n. 1, p. 41-60, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n1/9801.pdf>. Acesso em: Março 2017.

MASETTO, Marcos Tarciso (Org.). **Docência na universidade**. 9. ed. Campinas: Papirus, 2008.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Introdução à Administração**. São Paulo: Atlas, 2009. 294p. Ed. Compacta.

MAY, T. Pesquisa social. **Questões, métodos e processos**. 2001. Porto Alegre, Artemed.

MIRANDA, A. Os conceitos de organização baseada na informação e no conhecimento e o desenvolvimento de serviços bibliotecários. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 22, n. 3, p. 227-232, 1993.

NOVAES, Ivan Luiz. **Construção do Projeto de Pesquisa sobre Políticas e Gestão Educacionais**. Salvador: EdUNEB, 2014.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas de informações gerenciais**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, Maria Odaisa Espinheiro de. A disseminação da informação na construção do conhecimento e na formação da cidadania. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 19, Porto Alegre, 2000. **Anais**... 24-30 set. 2000.

OLIVEIRA, JR., M. M. **Gestão estratégica do conhecimento**: integrando aprendizagem, conhecimento e competências. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, Romualdo P.; SOUZA, Sandra M.; LIAN, Maria Z. A avaliação de curso: uma dimensão da avaliação na universidade. **Revista Adusp**, São Paulo, n. 18, p. 30-35, out. 1999.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Sistemas de Informações Contábeis**: fundamentos e análise. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

PEREIRA, Maria José Lara de Bretãs; FONSECA, João Gabriel Marques. **Faces da decisão**: as mudanças de paradigmas e o poder da decisão. São Paulo: LTC, 2009.

PIMENTA, Lídia B. **Processo decisório na universidade multicampi**: dinâmica dos Conselhos Superiores e Órgãos de Execução. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. **Docência no Ensino Superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

POLIDORI, Marlis M.; MARINHO-ARAUJO, Claisy M.; BARREYRO, Gladys Beatriz. SINAES: Perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.,** Rio de Janeiro, v. 14, n. 53, p. 425-436, out./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n53/a02v1453.pdf>. Acesso em: Maio 2017.

REIS, Edson. Andrade.; REIS, Everson. Andrade. **Sistemas de informação e tomada de decisão na gestão universitária: um olhar nos indicadores de desempenho de uma instituição de ensino superior.** In: XIII Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária nas Américas, 2013, Buenos Aires - ARG. Anais dos Colóquios Internacionais sobre Gestão Universitária, 2013.

ROWLEY, Jennifer. **Informática para bibliotecas**. Tradução Antonio Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos, 1994.

SALES, Karina. Batista. **Gestão da informação e dos sistemas de informação para a tomada de decisão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - Campus Coari**. In: XXV CBBD, 2013, Florianópolis. XXV CBBD, 2013.

SANTOS, R. O professor e a produção do conhecimento numa sociedade em transformação. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 35, p. 28-36, 2004.

SANTOS, Gildenir Carolino; RIBEIRO, Célia Maria. **Acrônimos, siglas e termos técnicos**: arquivística, biblioteconomia, documentação e informática. Campinas: Átomo, 2003.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Claudemir Martins. **Panorama comunicacional da avaliação institucional nas IES do ABC Paulista**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) − Universidade Municipal de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul, 2010.

_____, Claudemir Martins. Avaliação do Ensino Superior: entre a teoria e a prática**. Fasci-Tech – Periódico Eletrônico da FATEC**, São Caetano do Sul, v. 1, n. 4, mar./set. 2011, p. 21-35. Disponível em: <http://www.avaliacaoinstitucional.unir.br/uploads/87878787/2011_Avaliacao%20do%20ensino%20superior%20entre%20a%20teoria%20e%20a%20pratica.pdf>. Acesso em: Março 2017.

SILVA, Geiciane Rosa da. **Gestão da informação para a tomada de decisão em uma instituição de ensino superior privada - a experiência da Faculdades Integradas Da União Educacional Do Planalto Central (FACIPLAC/DF)**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Universidade de Brasília, UnB, Brasília, 2016.

SILVA, Andresa; OLIVEIRA, Glauber. Os desafios da docência superior na realidade nacional. **WebArtigos**, 13 out. 2009. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/osdesafios-da-docencia-superior-na-realidade-nacional/26292/>. Acesso em: Março 2018.

STAIR, Ralph M. **Princípios de sistemas de informação**: uma abordagem gerencial. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

STRONG, Diane; LEE, Yang; WANG, Richard. Data quality in context. **Communications of the ACM**, v. 40, n. 5, p. 103-110, May 1997.

TACHIZAWA, Takeshy; ANDRADE, Rui Otávio B. **Gestão de instituições de ensino**. 4. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

TARDIF, M.; LESSARD, C.; GAUTHIER, C. **Formação dos professores e contextos sociais**: perspectivas internacionais. Porto: Rés, 1997.

TORRES, Renato. Reflexões sobre a gênese da indisciplina na educação superior: uma experiência no curso de Artes Visuais. In: II SEMINÁRIO INDISCIPLINA NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA, 2, 2006. Curitiba. **Anais**... Curitiba: UTP, 2006. p. 59-68.

VERHINE, Robert E. Avaliação e regulação da educação superior: uma análise a partir dos primeiros 10 anos do SINAES. **Avaliação**, Campinas, Sorocaba, SP, v. 20, n. 3, p. 603-619, nov. 2015.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Introdução à avaliação educacional**. São Paulo: Ibrasa, 1989.

_____, Heraldo Marelim. **Pesquisa em Educação**: a observação. Brasília: Plano, 2003.

WEB SERVICES ARCHITECTURE. **W3C Working Group Note 11 February 2004**. Disponível em: <http://www.w3.org/TR/ws-arch>. Acesso em: Julho 2017.

WEILL, Peter; ROSS, Jeanne. W. **IT Governance on One Page**. CISR Working Paper n° 349; SLOAN Working Paper 4516-04. Research Article. Center for Information Systems Research, Sloan School of Management, Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, Massachusetts, Nov. 2004.

YOURDON, Edward. **Análise estruturada moderna**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

ZABALZA, Miguel A. **O ensino universitário**: seu cenário e seus protagonistas. Porto Alegre: Artmed, 2004.